



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

28 de Dezembro 2010

Acta nº

10

Acta nº10 | 20 Dezembro 2010

Nos termos do disposto no número um do artigo quadragésimo nono da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, republicada pela Lei número cinco, traço, A, barra, dois mil e dois, aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, reuniu nesta cidade do Cartaxo e Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Cartaxo, sob a presidência do Presidente da Mesa, em substituição, Sr. Fernando Manuel Duarte Santos, coadjuvado pela 1ª Secretária, Dra. Joana Maria Ferreira Vergas, PS e pelo 2º Secretário, António José de Amendoeira Pego, PS. -----

Assinaram a "Lista de Presenças", para além dos mencionados, os seguintes Deputados Municipais: -----

Vasco Manuel Henriques Cunha, PSD -----

Hélia Maria Duarte Monteiro Baptista, PSD -----

Bernardo José Martins Pereira, PS -----

Délio Modesto Pereira, CDU -----

Pedro Miguel Barata Almeida, PSD -----

António Pedro Mendonça Vieira, BE -----

Pedro Miguel Carvalho Monteiro, PS -----

Paulo Jorge Clemente Mota, PSD -----

Maria Emília da Graça Soares, CDU -----

Ana Rita Rodrigo Monteiro Rodrigues, PS -----

Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, PSD -----

José Francisco Rodrigues Fernandes, PS -----

Gonçalo Nuno Ferreira Gaspar, PPD/PSD -----

Jorge Manuel Pisca Amorim Lúcio, PS -----

Maria Odete Lúcio Cosme, BE -----

Rodrigo António Ferreira A. Rodrigues, CDU -----

Hugo Albuquerque, PS -----

Manuel Luís Salgueiro, PS -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials

João Vasco Clemente Mota, PSD -----
Rogério Luís Dias Santos, PS -----
José António Coelho Sobreira, PS -----
Manuel Alfredo Moreira Fabiano, PS -----
Joaquim Edgar C. Oliveira, PS -----
Fernando de Jesus Ramos, PS -----
Luís Miguel Inglês Nepomuceno, PS -----

Para além de todos os membros acima identificados, estiveram presentes da parte do Executivo Municipal o Senhor Presidente de Câmara, o Senhor Vice-Presidente de Câmara, o Senhor Vereador Eng. Pedro Franco, o Senhor Vereador Dr. Pedro Reis, o Senhor Vereador Paulo Neves e o Senhor Vereador Prof. Mario Júlio. -----

Faltaram à reunião os seguintes Membros da Assembleia: A Dra. M.^a Manuel B. Vitorino de Sousa V. Simão por motivos pessoais. -----

O Sr. Carlos Mota (CDU), nos termos legais, pediu a sua substituição pelo Sr. Délio Modesto Pereira. -----

ABERTURA: Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente, em substituição, declarou aberta a presente sessão quando eram dezoito horas. -----

Tomada de posse do Sr. Délio Modesto Pereira em substituição do Sr. Carlos Manuel da Silva Mota. -----

O Senhor Presidente, em substituição no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Cumprimento a Mesa, os restantes membros desta Assembleia, os representantes da Câmara Municipal, o Público e a Comunicação Social." -----

De seguida, vou ler a Ordem de Trabalhos: -----

1. Relatório de Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira. (Para apreciação); -----
2. Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município do Cartaxo para o ano de 2011. (Para deliberação); -----
3. Autorização de contracção de empréstimo a curto prazo para o ano de 2011. (Para deliberação) -
4. Participação do Município do Cartaxo na LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M.. (Para deliberação); -----
5. Aprovação da minuta do contrato de programa e de gestão a celebrar com a LT, Sociedade de Reabilitação Urbana. E.M. (Para deliberação); -----
6. Concessão à LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., por um período de cinco anos, de isenção total de IMI, relativamente aos imóveis de que é proprietária, e de IMT, relativamente aos imóveis que adquira. (Para deliberação); -----
7. Designação de um representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento (CA) da Revisão do Plano Director Municipal do Cartaxo, nos termos e para os efeitos de disposto no nº2 do artigo 5º da portaria 1474/2007 de 16 de Novembro". -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

governo
P.F.
H.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Cumprimento o Sr. Presidente, o executivo municipal, a comunicação social, colegas deputados e público presente e desejar a todos, continuação de boas festas. -----"

Sr. Presidente, sei que o senhor é presidente hoje em exercício, que está a fazer a substituição, mas queria manifestar, aqui, a minha preocupação e do meu grupo parlamentar, a minha profunda preocupação pelo facto de estarmos a fazer a última sessão da Assembleia deste ano e não termos praticamente acta nenhuma do ano que está a findar. Eu creio que, ao longo de todo o ano, fizemos a aprovação de uma única acta de uma sessão ordinária e que teremos feito, eventualmente, de uma sessão extraordinária e mesmo dessa não tenho a certeza que o tenhamos feito. E queria aqui apresentar a minha preocupação relativamente a isto, requerendo à Mesa, que quem tenha responsabilidade desses documentos, que o mais rapidamente possível, nos sejam facultadas as actas, até porque elas têm deliberações importantes e um conjunto de factos que ocorreram. As actas são testemunho e até ao momento não podemos utilizar e ter esse instrumento que é essencial para o funcionamento da Assembleia. -----"

Recordo ainda que, o funcionamento de qualquer Assembleia Municipal como a de hoje, o Sr. Presidente em exercício, devia colocar à votação a acta da sessão anterior e neste meio tempo já passaram várias assembleias municipais ordinárias e extraordinárias, sem que tenhamos feito esta votação". -----"

A Membro da Assembleia Municipal Dr.ª Hélia Baptista – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Cumprimento toda a gente e desejo a todos um bom ano. Vou levantar umas questões relacionadas com a educação. Considerando a carta educativa, pretendia-se que fosse na altura da sua elaboração um instrumento de planeamento e ordenamento perspectivo dos edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, constituído assim um instrumento fundamental a sustentar a política educativa para o Município. -----"

Assim sendo e anunciando o Primeiro-Ministro, a educação é um assunto prioritário e estando previsto na nossa carta educativa a construção do centro escolar no Cartaxo e do centro escolar em Pontével, na carta educativa com o nome EB2,3, eu pergunto qual é o ponto da situação relativamente à edificação destas duas obras. Para quando a previsão destas duas obras no terreno. -----"

Segunda questão, a escola de negócios também revista na carta educativa, será que está esquecida, será que alguma vez virá a concretizar-se ou será que está dependente da construção dos parques de empresariais cujos processos se diz que estão a desenvolver-se. -----"

Agora não é uma questão mas mais uma constatação, o executivo o dirá. Nesta altura e após a saída da portaria 1181/2010, de 16 de Novembro, parece que é incontornável a constituição de um



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten notes:
J. S. 2020
F. A.
CH.

mega agrupamento no Município do Cartaxo, já está agendada essa mudança? Qual é o ponto da situação.” -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --

“Boa tarde Sr. Presidente da Mesa, senhores deputados da Assembleia, órgãos da comunicação social e público presente. Em relação às questões colocadas, começaria por orientar numa primeira fase a resposta para as obras que foram aqui questionadas, nomeadamente o centro escolar de Pontével, a EB2,3 do Cartaxo e a escola de negócios. -----

Em primeiro lugar, no que refere ao centro escolar de Pontével o procedimento está na fase de erros e omissões, mas sendo uma prioridade do executivo levá-la para o terreno, temos acompanhado de uma forma muito próxima o desenrolar deste procedimento, calcula-se que durante o mês de Janeiro esteja concluído e a partir daí em condições para que se proceder à adjudicação após análise das propostas que serão ainda entregues. -----

No que diz respeito à EB 2,3 do Cartaxo, também apontada como uma prioridade, já está no terreno, como sabemos desde o período da feira dos santos, infelizmente tivemos um percalço que teve a ver com a remoção dos postes da electricidade, que ainda não se conseguiu solucionar, fruto de uma intervenção mais morosa da EDP, mas que também temos vindo a acompanhar e a pressionar a EDP Distribuição para que, após estarem desligados, estejam todas as condições reunidas para o início da montagem do estaleiro e o avanço completo da obra, que será também previsivelmente no mês de Janeiro. -----

Em relação à escola de negócios, podemos avançar que está candidatada no âmbito do QREN. Temos informação que, na passada terça-feira, foi aprovada a candidatura e temos 2,9 milhões de euros garantidos para o desenvolvimento desta infra-estrutura, após a ida para o terreno de toda a infra-estruturação de 3.150 milhões de euros do Valleypark. Será uma intervenção sequencial, porque não se poderão desenvolver os edifícios sem que a rede viária esteja montada. Temos a garantia que as duas candidaturas estão aprovadas e que cada uma delas com a comparticipação devida, uma dentro da contratualização nomeadamente a escola de negócios e outra já fora, no INA Alentejo, que tem a ver com a escola de negócios e a comparticipação devida a 80% respectivamente e cerca de 70% a segunda, numa candidatura mais abrangente que envolve a universidade de Évora e outros parceiros que decidiram tomar parte, assumindo o interesse no desenvolvimento desta infra-estrutura. É lá que será instalada a incubadora de empresas aquilo que se tem vindo a falar nos meios de comunicação social e que, mais uma vez, afirmamos como sendo uma das prioridades, para além de outras empresas de índole tecnológico, ligadas ao desenvolvimento na área das energias renováveis, inovação e conhecimento, que serão a prioridade daquele pólo. -----

No que refere aos megas agrupamentos, temos a informação, até fruto da imposição legal, que terão mesmo que avançar. Ainda assim, a câmara deliberou que a posição a tomar por parte do Município será de índole formal, porque têm vindo a ser feitas abordagens, mas sempre em sede



Handwritten signature and initials

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de reunião e com a minha presença, têm sido transmitidas algumas preocupações referentes ao pessoal da escola secundária e à transferência de competências e atribuições no âmbito da educação que, neste momento, ainda não está consolidada, se considerarmos o avanço dos megas agrupamentos das unidades de gestão definidas no diploma legal. Quer em termos de pessoal quer em termos da infraestrutura associada ao parque escolar da carta educativa ou dos projectos pedagógicos sufragados recentemente, pela altura das eleições, para cada uma destas subdivisões no âmbito da educação. -----

São temas que nos preocupam e que queremos ver resolvidos junto da administração central, antes de se dar o primeiro passo. -----

Sabemos que é inevitável, fruto da imposição legal, mas também queremos ter um caminho muito claro, que todo este desenho seja esclarecido para que não haja constrangimentos no normal desenvolvimento da actividade diária daqueles que se entregam à causa da educação, quer seja pessoal docente ou não docente, as próprias famílias, os nossos jovens e crianças, que também serão de alguma forma afectados por esta alteração". -----

Requerimento do BE sobre o "Pedido de estudo efectuado pela Ray Human Capital": -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra leu o requerimento sobre o "Pedido de estudo efectuado pela Ray Human Capital". (Anexo 1) -----

A Membro da Assembleia Municipal Prof.ª Emília Soares – CDU, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Boa tarde à excelentíssima Mesa, colegas de bancada, ao público e à comunicação social. Boas festas para todos. Em relação a esta matéria, nós também solicitámos através de e-mail estes documentos sobre a norma orgânica e os descritivos funcionais e, até agora, ainda não nos foram fornecidos. Gostaríamos de saber se nos são entregues ou não, porque para esta Assembleia já queria de ter essa documentação". -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Senhor Presidente em exercício, a Mesa, Srs. Deputados, comunicação social e público presente, boa tarde a todos. Vamos entregar aos elementos do executivo e aos deputados municipais para a semana um CD e uma versão em papel, com o estudo completo à excepção da parte que a Lei não permite que seja distribuída, referente à parte pessoal na defesa dos próprios colaboradores. ----- Quanto à questão da gestão danosa não faço qualquer comentário". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Presidente, o que nós gostávamos de saber é que visto já ter sido aprovado este documento da reorganização nesta Assembleia, perguntamos porque é que o documento ainda não foi entregue e só o será para a semana. A minha questão prende-se com uma questão muito simples, se estão a fazer ou a refazer o documento, se não estão porque é que não o entregam de imediato, via e-mail. Porque é que não entregaram já o estudo aos senhores Vereadores e na Assembleia Municipal,



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten notes:
J. J. J.
P. J.
J. J.

sabendo nós, agora, uma coisa que não sabíamos na última Assembleia Municipal sobre o comparativo com as outras autarquias. -----

Na altura, a bancada do Partido Socialista disse que o preço não lhes fazia confusão. A nós sempre fez. Vendo agora o que pagaram os nossos vizinhos, mais razão temos em querer ler um maravilhoso estudo que custa 90 mil euros a esta casa e a todos os cartaxeiros. Gostava de saber porque é que não entregam já ou não entregaram antes". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Bernardo Pereira – PS, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Boa tarde Sr. Presidente, Vereadores, Deputados, comunicação social e munícipes presentes, para todos, continuação de boas festas. Em primeiro lugar, ia dar um esclarecimento sobre um esclarecimento, mas fui surpreendido com o requerimento. Um requerimento quando se faz à Mesa tem duas formas, é aceite pela Mesa pelo seu conteúdo e teor ou é rejeitado pela Mesa. Se é aceite pela Mesa, o requerimento deve dizer, sem ou com prejuízo dos oradores inscritos, não tem discussão, é admitido e posto de imediato à votação. -----

Se é um pedido de esclarecimento, então é um pedido de esclarecimento e de informação. O requerimento só tem estas duas funções. A outra é, se o orador está fora da ordem de trabalhos, requeremos que se corte o som, o senhor está fora da ordem de trabalhos e o Sr. Presidente age em conformidade. -----

A segunda questão é um esclarecimento ao Deputado Pedro Mendonça. Quando eu disse «o preço não me espanta», estava tão informado do conteúdo do estudo como o senhor. Apenas disse aquilo que, superficialmente conheço, dependendo do caderno de encargos, do trabalho de campo efectuado e daquilo que me é pedido, se se trata de uma análise de manifestação de funções, um estudo de nuance, achei que dizendo que «esse preço não é muito caro», era a isso que me referia e não a um caso concreto. -----

Queria pedir imensa desculpa, mas nem sempre ao especular, acontece aquilo que queremos. Neste pedido de esclarecimento que entreguei, houve uma alínea que não ficou na impressão e que era a seguinte «concurso internacional sobre o viaduto de Santana, que vai ser lançado no ano (?), este ou no próximo» fiquei sem saber qual era o ano em que o concurso ia ser lançado. -----

Relativamente à Escola EB Cartaxo e Vila Chã de Ourique, gostaria que nos informassem qual o prazo de conclusão destes dois equipamentos». (Anexo 7) -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Dr. Bernardo, obrigado pela sua explicação, mas o que fica é que PS sentiu a necessidade de fazer um estudo que custou cerca de 90 mil euros, o que nós sentimos é uma questão que nos diferencia e sempre diferenciará. -----

Óbvio que, pela mesma lógica, claro que é para votar e gostávamos que ficasse claro para os cidadãos do concelho do Cartaxo saberem quem é que aqui dentro desta casa passa cheques em



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten notes and signatures in the top right corner.

branco de 90 mil euros e quem não o faz". -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar o requerimento do BE sobre o "Pedido de estudo efectuado pela Ray Human Capital", com 11 votos a favor, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 15 votos contra do Grupo do PS e 1 abstenção do Grupo do PS. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Não obstante ter sido votado negativamente o requerimento, o executivo assume o compromisso de entregar a documentação conforme esclareci". -----

Recomendação do BE sobre o "Jardim do Valverde": -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, no uso da palavra leu a recomendação sobre o "Jardim do Valverde". (Anexo 2) -----

Moção do BE sobre o "Negócio da Água": -----

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, no uso da palavra leu a recomendação sobre o "Negócio da Água". (Anexo 3) -----

A Membro da Assembleia Municipal Prof.^a Emília Soares – CDU, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"A CDU sempre defendeu que a água é um público, nunca deveria ser privatizada, mas sim salvaguardada pelos governos locais, regionais e nacionais. É uma situação que nos preocupa, porque foi afirmado, quando colocávamos a questão desta negociação, que os cartaxeiros iriam sentir um aumento na factura da água. -----

A Câmara Municipal argumenta que a legislação deve ser cumprida, dada a existência de uma tarifa que não era cobrada há cinco ou seis anos aos utentes. -----

A nossa proposta é que pessoas com cartão sénior ou carenciadas fiquem com uma taxa reduzida. Quando existe um consumo maior de água, por alguma razão alheia, as taxas de saneamento e lixo aumentam consideravelmente, o que deveria ser revisto". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Bernardo Pereira – PS, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Quando nos pronunciámos nessa Assembleia sobre a questão da concessão das águas, todos recebemos meia resma. De toda essa informação, estão dois anexos (6 e 7), onde estava definida a fórmula dos escalões e daquilo que ia acontecer a partir do momento que a concessionária passasse a trabalhar em pleno com essa concessão. -----

Como não acredito que todos estivéssemos distraídos, como parto sempre do princípio da boa fé e como também acredito quando exigimos documentos, os lemos, então todos nós quando votámos, sabíamos ou devíamos saber o que constava nestes dois anexos relativamente à tarifa e às taxas. -

Quando o Sr. Deputado Pedro Mendonça me perguntou o que é que eu ia fazer, respondi-lhe que ia ler a minha factura e agir em conformidade. E foi o que fiz enquanto consumidor". -----

De seguida leu a Moção do PS sobre a "Concessão das Águas". (Anexo 5) -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Senhor Presidente, em substituição no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Trata-se de outra moção que entrou na Mesa, uma do BE e outra do PS, com o mesmo objectivo".

O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Cumprimento a Mesa, o executivo, os deputados municipais, colaboradores da câmara, o público e a comunicação social, desejando a continuação de boas festas e ao companheiro Délio um bom desempenho. O Deputado Bernardo Pereira disse que acreditava e esperava que todos tivessem votado em conformidade com o conhecimento dos documentos em causa. -----

Penso que não é uma indirecta para o interior da sua bancada quanto à anterior votação, em que foi dito três vezes quem vota contra e depois o levantar dos braços bem altos. -----

Nós sabíamos que esta taxa existe em vários municípios e que neste também existia, só que a Câmara Municipal e o executivo decidiram isentar essa taxa, ou seja, a taxa já existia e aquilo que havia era retirar o valor e cobrar zero. A fórmula já existia, sabíamos qual era o valor, mas a Câmara anulou esse mesmo valor e cobrava zero. -----

Neste processo também sabíamos das fórmulas. Sabíamos ainda e ouvimos com muita atenção as palavras do Executivo Municipal, nomeadamente do Sr. Presidente da Câmara, na câmara, na rádio Cartaxo, nos jornais, em que foi dito que os cartaxeiros na sua factura não iam pagar mais, antes pelo contrário, iam pagar menos do que em qualquer outro Município da nossa região, inclusivamente comparando com outro processo que também foi aqui discutido sobre a questão das águas. Nós não esquecemos e lembramo-nos de tudo. Foi com essa mesma informação que nós votámos e que tomámos a decisão à data. -----

Tenho aqui duas facturas diferentes, com um mês de diferença e o mesmo consumo, uma tem um valor de 1,38 € e a outra de 4,92€. Um aumento de 256% no pagamento deste munícipe do Cartaxo. Mas pairam aqui algumas dúvidas que eu gostava de ver aqui esclarecidas. Vêm dois números de contribuinte nesta factura da Cartágua, um valor para o Município do Cartaxo e outro para a Cartágua. Gostava que me esclarecessem este facto. -----

Mais, em Porto de Muge, como noutros locais, está a ser cobrada a algumas pessoas, segundo o que foi focado na Assembleia de Freguesia de Valada, o valor de saneamento. Pensamos e acreditamos que as obras vão-se iniciar em breve, mas neste momento há muitos munícipes daquela povoação que ainda não têm saneamento, pelo que está a ser cobrada indevidamente esta taxa. Gostávamos também de esclarecimentos em relação a esta matéria". -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Sou adepto, como munícipe deste concelho também, que há uma grande falta de esclarecimento quanto a esta matéria das águas. Acho que a factura deve vir em formato diferente, porque uma pessoa com idade ou dificuldade de visão não consegue ler os números da factura como está apresentada. Parece-me que deve haver uma maior precisão do que vai para onde e como. Comparativamente a outras facturas há aspectos a melhorar para clarificar a informação, o que já



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

foi transmitido à Cartágua. -----

Acrescentaria que não é preciso fazer propostas de aplicação de dinheiros da renda, porque como sempre, desde o início foi definido, o sistema que está estabelecido estabelece renda, tarifário e investimentos, o que significa que os 1,6 milhões de euros vêm a título de renda e o que vem a título de investimentos está definido e com um plano de investimentos devidamente traçado. O que vem a nível de tarifário, quem comparar o edital que sempre existiu com o edital actual, que até publicado pelos Paços do Município e assinado por mim, verifica que a tarifa da água não evoluiu significativamente. -----

Efectivamente e o Deputado Pedro Barata referiu isso, o que acontece nos menores consumos é a imputação de taxas legais que, são pesadas e estão agora a ser imputadas pela empresa. Ao longo de sete anos, a maior parte dessas taxas não foram aplicadas pelo Município por uma questão de política social e por outra razão que, se estava a decorrer um processo não fazia sentido até à sua conclusão, que como todos sabem foi um processo longo, haver uma aplicação de taxas. -----

Mas ela é legal, é imposta por Lei, basta compararmos as facturas que temos hoje da Cartágua com as facturas dos outros municípios, e vemos o que existe nesses municípios em termos de facturação, não só o valor efectivamente maior, mas também em termos de imposição de taxas. ----

O Município do Cartaxo nunca deixou de fazer isto ao longo de sete anos, não colocámos essas taxas, o que representou cerca de 5 milhões de euros, que deixaram de entrar nos cofres do Município para ficarem nas mãos dos munícipes. Foi assumido pelo executivo que era a melhor política a seguir. -----

Há um ponto a esclarecer, a política social e a componente que diz respeito às questões de matéria social, os carenciados e as isenções que tenhamos que atribuir, o Município não só está atento como também vai impô-las. Em resposta à Deputada da CDU, para famílias numerosas com mais de 2 filhos, os carenciados e as pessoas que sem rendimentos, ou seja, questões sociais estão devidamente acauteladas. -----

Quanto aos esclarecimentos, não deixaremos de impor e exigir à Cartágua e dá-los-emos nós sempre que necessário. -----

Quanto às questões relacionadas com a imposição das taxas legais, eu penso que já fui suficientemente explícito e afirmei aquilo que se passou em relação ao passado e o que se está a passar agora. -----

Quanto à comparação com os restantes municípios é mais fácil, fazer a comparação com o que se passa nos municípios vizinhos e não vizinhos, na região e no país. Veja-se a diferença do que é cobrado no Município do Cartaxo para baixo com o que é cobrado na região ao lado. -----

Se há uma cobrança indevida da tarifa de saneamento, imediatamente, essa situação deve ser corrigida. Mas isso também já aconteceu com o Município do Cartaxo, houve uma altura em que estávamos a cobrar nos Casais Lagartos indevidamente, porque ainda não tinham o respectivo tratamento e a situação devidamente tratada, ou seja, foi publicado um edital pela Câmara a dizer



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

segundo
Ft
41.

que não que pagar a tarifa. -----

Dentro dos esclarecimentos e da informação prestada, a empresa é obrigada e deve cumprir com aquilo que é justo e correcto, deve cobrar apenas o que é correcto. Há situações a corrigir e a melhorar. Também se deve estar atento ao que é cobrado em termos de consumo, se dantes consumia 15m³ e agora passou a consumir 25 m³, tem que haver alguma explicação. -----

Da parte do Município vai haver exigência máxima para cumprir o seu contrato e o seu acordo, e posso garantir que foi um bom contrato e um bom acordo, não só para os munícipes e Município, como também comparativamente com restantes municípios à volta e em relação àquilo que se passa com outros sistemas municipais. -----

Na questão das taxas legais queria clarificar um aspecto, mesmo que o Município do Cartaxo mantivesse um sistema público, ou seja mesmo que a Câmara continuasse a explorar o sistema de águas, não sei como é que íamos fazer os investimentos mesmo com acesso a fundos comunitários, uma vez tomada a decisão de ficar no albergue da Câmara esse serviço, seríamos obrigados a cobrar as respectivas taxas, recomendado pelas competentes e obrigados por lei. -----

Comparem com outros municípios que estão a aderir aos sistemas intermunicipais a respectiva factura, mesmo esses municípios não têm água mais barata do que o concelho do Cartaxo. -----

Há disponibilidade para esclarecer, para dizer que foi e continua a ser um acordo e que as questões sociais estão salvaguardadas. Parece-me que é completamente incompreensível não perceber como é que o sistema está definido (renda, investimentos e tarifário, para perceber que o melhor das três coisas aconteceu neste caso em concreto. Não poderia ser alterado. O que altera na facturação são as tarifas impostas por lei, porque a subida que existe da tarifa em si não é significativa, tal como tinha sido o compromisso assumido". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Presidente, aqui, não há falta de esclarecimento, as pessoas quando recebem a factura não são tontas. Às vezes, custa-me muito ouvir políticos responsáveis pelas autarquias a tratarem dos cidadãos como se de crianças pequenas se tratassem. As pessoas quando viram a brutalidade que estavam a pagar, informaram-se junto da Cartágua e falaram umas com as outras. -----

Também já perceberam exactamente porque é que a factura da água aumentou. A realidade é esta, aumentou. O senhor diz que conseguiu um bom negócio. Muitos parabéns, Sr. Presidente. -----

Peço-lhe para ser presidente da câmara, que tenha sensibilidade para as pessoas que não conseguem pagar as suas facturas ou que levam uma «machadada» nas suas vidas por não as conseguirem pagar. -----

É facto que existe uma renda. É facto que é de 1,6 milhões de euros. E é um facto que eu, em nome do BE, coloquei na moção a dizer que «então, se não quiseram o negócio das águas para arrecadar dinheiro apenas para os cofres sem fundo da autarquia». -----

O senhor falou em 5 milhões de euros, as nossas contas dão cerca de 700 mil euros por ano e, o



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Seção
Pr
CP.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

senhor e bem, durante 7 anos não aplicou as taxas. -----

Se vai receber 1,6 milhões de euros e se os cerca de 700 mil euros por ano podiam numa política social ter a sua responsabilidade. Agora é convosco. A moção está aqui para ser votada. Temos que ser claros, se não tinha dinheiro para os investimentos, porque é que andam a lançar concursos para as ETAR's. -----

O Sr. Presidente vem dizer que uma empresa privada vem para o Cartaxo para perder dinheiro. Essa discussão já ocorreu noutra Assembleia, em que os senhores levaram este brilhante negócio para a frente. -----

Aquilo que eu agora peço, é para nós tentarmos encontrar em conjunto e que, pensemos nas pessoas que não podem pagar a água, que é um bem essencial. -----

E os senhores falam, mas eu não os vejo a fazer nada para que as pessoas não estejam a pagar o que estão neste momento. -----

Peço que as pessoas nesta Assembleia, de uma vez por todas, clarifiquem as pessoas, recebam uma carta em casa a explicar porque estão a pagar aquele valor ou, se acham que as pessoas devem pagar menos na factura da água". -----

O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Primeiro, queria congratular-me com o facto dos munícipes de Porto Muge e todos os outros do Cartaxo, em que foram cobradas indevidamente taxas de saneamento, vão ser imediatamente informados desse erro e que na próxima factura vão ser ressarcidos. -----

A segunda é para constatar factos, foi dito a todos os cartaxeiros que não iam pagar mais na factura da água e, neste momento, uns estão a pagar mais e outros menos, entre 300 e cerca de 100 % a mais na factura da água. Isto são factos. Não podemos tentar fazer primeiras páginas com meias verdades para depois acontecerem situações destas. E não pelo facto de noutros municípios estarem a ser cobrados valores superiores que nos devemos congratular. Não são essas comparações que nos deixam satisfeitos. Há que tentar dizer a verdade e não falar com meias verdades, «enganando» os munícipes do Cartaxo". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Bernardo Pereira – PS, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Presidente era só para dar um esclarecimento ao Sr. Deputado Pedro Barata, provavelmente, por desatenção ou por me ter expressado mal, depois daquilo que tinha dito, um requerimento quando é feito à Mesa e se é aceite tem duas opções, é aceite e se não disser nada, corta todas as intervenções e é votado. -----

Só não é assim, se o documento disser em baixo «sem prejuízo dos oradores inscritos». O que eu depreendi é que a Mesa ia perguntar aos promotores se passava a pedir informação ou esclarecimentos e se retirava o título. -----

Quando percebi que a Mesa, por razões de bondade, considerou mesmo assim que um documento



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signature and initials

nestes termos fosse discutido e posto à votação, então se é para votar, eu voto". -----
Quanto à moção em apreço, temos duas moções sobre esta matéria e a seu tempo iremos pronunciar-nos". -----

O Senhor Presidente, em substituição no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

"Exactamente, temos duas moções, uma do BE e outra do PS". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Não me consigo rever integralmente em nenhuma das moções e como tal não votarei favoravelmente nenhuma das moções. -----

Em todo o caso fazer dois comentários que me parecem pertinentes para falar sobre questão. A opinião pública do Cartaxo foi confrontada, a partir de determinado momento, com a afirmação que o Sr. Presidente da Câmara Municipal fez e, que ninguém nesta sala esquece, a dizer que o Município do Cartaxo vai ter a água mais barata de toda a região. Quando esta ideia foi passada para a opinião pública, as pessoas incutiram-na, não porque iam ter ou não taxas, mas se iam ter o antigo contador e passava a ter outra designação ou se não pagavam o aluguer do contador. -----

O Sr. Presidente diz que este foi um bom contrato e um bom acordo. -----

A Câmara Municipal chega à solução de concessão das águas, porque se encontra na situação financeira em que se encontra. A partir de um determinado momento e atendendo às circunstâncias em que a Câmara Municipal vivia, houve necessidade de encontrar soluções para as finanças da autarquia. -----

Eu recordo-me que, das soluções apresentadas e abordadas na Assembleia Municipal, a concessão das águas foi uma delas, como as rendas da EDP, a venda de terrenos e outras soluções apresentadas. Aquela que perdurou ao longo de mais tempo, até pelo próprio sector estratégico em que as águas se incluem, foi esta da concessão das águas. -----

Hoje, face à situação em que nos encontramos, quase que se pode colocar a questão de saber caso as águas continuassem no domínio público municipal e tivessem um aumento gradual ao longo dos próximos anos, se elas ainda assim, não ficariam mais baixas ao munícipe do concelho do Cartaxo do que aquela que é, hoje, a tabela de preço que a empresa que ficou com a concessão das águas está a utilizar. -----

Interessa saber se foi calculado o custo da água, como o Sr. Presidente diz, na concessão que foi feita com a empresa. As taxas que estão em vigor derivam da legislação que está em vigor, que não determina a aplicação de uma taxa única, o que leva a concluir que a Cartágua está a aplicar um conjunto de taxas sobre o tarifário, que também tem de revisto em função do mercado em que estamos a funcionar. -----

O que é facto é que hoje em dia há pessoas que estão a pagar, como o Eng. Barata demonstrou, a água duas e três vezes mais cara do que pagavam há dois ou três anos atrás. Isto é injustificável aos olhos das pessoas, ainda por cima quando incutiram que o preço da água do concelho do



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Cartaxo ia ser o mais baixo da região e não fui eu que o disse". -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Discordo em absoluto com a redução da limitação da decisão da concessão das águas por uma questão financeira, porque já adiantei a questão dos investimentos, questão estratégica do município e dos municípios à volta, que é o recurso água. Acrescentaria mais um ponto, assim veremos, daqui a um ano ou dois, qual é a política neste país no sector das águas e no saneamento básico. -----

Duvido que esta política e, não me compete a mim fazer previsões, não passe por concessões como a nossa. Concessões que podem ser intermunicipais alta e baixa. -----

A nossa decisão não foi uma decisão financeira, mas sim uma decisão estratégica. Continuo a dizer que o Município do Cartaxo tomou uma boa decisão estratégica e teve um bom acordo, felizmente conseguiu negociar um bom acordo. -----

Recordo que o BE não só votou contra, aliás, na altura o BE ainda adiantava que "achava impensável que houvesse sequer alguma empresa que pagasse 20 milhões de euros ou o que quer que fosse, que se candidatasse a pagar isso". Não só apareceram seis empresas como também pagaram mais do que estava estipulado, pagaram 23 milhões de euros. -----

Não é a questão de dizer, eu, Paulo Caldas, Presidente da Câmara do Cartaxo. Quem fez a comparação do tarifário actual das águas, Cartaxo, Azambuja, Abrantes, Águas do Ribatejo, quem publicou na primeira página do jornal, não foi o Presidente da Câmara do Cartaxo, mas sim um jornal da região que o fez e fez ainda a comparação município a município e sistema por sistema. Não fomos nós que demos dados para que isso acontecesse. Foram eles que compararam e eu limitei-me a reiterar que, efectivamente, temos a água mais baixa". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Peço desculpa, Sr. Presidente. Tem que seguir o regimento. O Sr. Presidente da Câmara tem estado a falar em coisas paralelas, sem se referir à moção, a ocupar o espaço dos deputados no período antes da ordem do dia. -----

O Sr. Presidente só tinha que pronunciar-se sobre o que a moção propõe e o que a moção propõe é uma solução para as pessoas não pagarem tanto na factura. Não é para o Sr. Presidente falar dos seus dotes de comercial". -----

O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Compreendo porque é que o Sr. Presidente fale dez vezes a dizer que é um bom negócio, os seus sucessores é que já não vão dizer o mesmo, quando nós todos sabemos que nos primeiros quatro anos as rendas vão ser significativamente altas, vão dizer que «foi um bom negócio para o Presidente Paulo Caldas, para nós não». -----

Associado a tudo isto da Cartágua, as cobranças e as taxas já começaram a ser aplicadas e ainda



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não há nenhuma data ou programação para o início das obras. Também gostava de ser esclarecido sobre isso".

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do BE sobre o "Negócio da Água", com 5 votos a favor, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 20 votos contra, 14 do Grupo do PS e 6 do Grupo do PSD e 1 abstenção do Grupo do PS.

Declaração de Voto

O Membro da Assembleia Municipal Eng. Pedro Barata – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

"Tendo em consideração as palavras do executivo e do compromisso assumido, hoje, de que vão ter em atenção e que estão consagradas em acordo e, que nós ainda não temos conhecimento, todas as questões relacionadas com famílias numerosas, famílias com poucos recursos financeiros, reformados, desempregados e outras situações.

A nossa votação de voto contra tem, fundamentalmente, a ver com o valor que é colocado, sem estar fundamentada a questão do valor. Estamos de acordo com a questão que já foi aqui dita, que está assumida e foi consignada no acordo com a Cartágua, não estamos de acordo por não estar fundamentada a questão de um valor e o porquê este valor".

Requerimento do BE sobre a "Prorrogação do Período Antes da Ordem do Dia, por mais trinta minutos"

O Senhor Presidente, em substituição no uso da palavra leu a Moção do BE sobre a "Prorrogação do Período Antes da Ordem do Dia, por mais trinta minutos". (Anexo 4)

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Requerimento do BE sobre a "Prorrogação do Período Antes da Ordem do Dia, por mais trinta minutos", com 26 votos a favor, 15 do Grupo do PS, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE.

Moção do PS sobre a "Concessão das Águas":

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira, leu a Moção sobre a "Concessão das Águas". (Anexo 5)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Moção do PS sobre a "Concessão das Águas", com 17 votos a favor, 15 do Grupo do PS e 2 do Grupo do BE e 8 abstenções, 5 do Grupo do PSD e 3 do Grupo da CDU.

Declaração de voto

A Membro da Assembleia Municipal Dra. Odete Cosme – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

"Boa tarde a todos, o nosso sentido de voto nesta foi moção foi de que, o que nós pretendemos é que os consumidores e utentes venham a beneficiar de qualquer coisa que indique toda a situação presente. Toda a importância levada a mais, toda a falta de informação que existe nos documentos. Fazia um apelo ao Sr. Presidente da Câmara, se ele disse que iam ser consideradas as tarifas da parte sénior, chamar a atenção a atenção que o edital que está agora em vigor não contempla esta



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

João
pt
qf.

situação e que para as tarifas seniores se pratiquem, o senhor tem que publicar em edital essa decisão".

O Membro da Assembleia Municipal Sr. Délio Pereira – CDU, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

"Sr. Presidente desculpe-me, mas o senhor está a fazer discriminações em relação às intervenções. É de lamentar. Eu tinha pedido a palavra, depois da moção do BE, para fazer a declaração de voto porque é que tínhamos votado esta moção e o senhor não me deu a palavra. Relacionado ainda com esta moção, votámos favoravelmente porque a nossa posição foi sempre contra a privatização da água, achamos que a água é um bem que é de todos. Estar a entregar a privados, é fazer um favor, para de todos aqueles que têm sido feitos neste país".

Moção do BE sobre os "Protocolos de transferência de verbas por contrapartida de competências delegadas pelo Município nas respectivas Juntas":

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Pedro Mendonça, leu a Moção sobre os "Protocolos de transferência de verbas por contrapartida de competências delegadas pelo Município nas respectivas Juntas". (Anexo 6)

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, rejeitar a Moção do BE sobre os "Protocolos de transferência de verbas por contrapartida de competências delegadas pelo Município nas respectivas Juntas", com 5 votos a favor, 3 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, 15 votos contra, 14 do Grupo do PS e 1 do Grupo do PSD e 6 abstenções, 5 do Grupo do PSD e 1 do Grupo do PS.

Pedido de Esclarecimento do PS sobre "Viaduto de Santana, Concurso Internacional e EB 2,3 de Cartaxo e Vila Chã de Ourique":

O Membro da Assembleia Municipal, Dr. Bernardo Pereira – PS, leu o pedido de esclarecimento sobre a "Viaduto de Santana, Concurso Internacional e EB 2,3 de Cartaxo e Vila Chã de Ourique". (Anexo 7)

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

"Queria remeter ao meu colega que lidera a bancada do PS na Assembleia Municipal um pedido, uma vez que são questões eminentemente de matéria do orçamento, se eventualmente podia ficar para quando fosse discutido o orçamento, porque ficava melhor enquadrado".

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Bernardo Pereira – PS, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

"Eu e a bancada do PS, só queremos ser esclarecidos sobre essas questões".

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:

"Era só para agradecer ao Dr. Bernardo Pereira esta resposta, porque se o PS não está esclarecido sobre estes três projectos, imagine quem é que estará no concelho do Cartaxo".



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Voto de Protesto do PSD sobre “Agora Nós: Juventude do Concelho do Cartaxo”: -----

O Membro da Assembleia Municipal, Sr. Gonçalo Gaspar – PS, leu o pedido de esclarecimento sobre a “Agora Nós: Juventude do Concelho do Cartaxo”. (Anexo 8) -----

A Membro da Assembleia Municipal Prof.ª Maria Emilia Soares - CDU, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Em relação à questão do skate park gostaria de dizer que, há cerca de um ano, apresentámos uma situação nesta Assembleia e também foi levado pelo nosso Vereador no executivo na Câmara, porque achávamos que o skate park era muito perigoso. Entregámos mesmo fotocópias das fotografias tiradas naquele sítio, porque é um local com vários perigos onde estão muitos miúdos, essencialmente nas férias. -----

Passei lá esta semana e continua tudo exactamente como estava, sem condições, onde podemos encontrar tábuas velhas e pregos. O aviso de que falei e até tirei fotografias, dizia que os miúdos não podiam frequentar o skate park e o Vereador Pedro Gil disse que o aviso estava lá os miúdos é que tinham de cumprir. -----

Acho que esta moção tem toda a pertinência e nós iremos votar a favor”. -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Nós também iremos votar a favor exactamente pelas mesmas razões. Gostamos muito de ter cá o Vereador Pedro Gil, é raro, é sempre bom que o Sr. Vereador venha para poder responder a esta inoperância e a este estado trágico em que se encontra o pelouro da juventude outrora tão fulgurou-se na Câmara do Cartaxo e, hoje, tão parado. -----

Estamos convictos que esta moção da JSD tem razões de ser e por isso vamos votá-la favoravelmente”. -----

O Senhor Vereador Pedro Gil, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Boa tarde aos presentes e vou começar pelo Conselho Municipal da Juventude, eu tenho pena que o vosso conceito de política e juventude seja tão redutor e que passe, essencialmente, pelo Conselho Municipal da Juventude. Nós continuaremos a apoiar políticas de juventude e elas são transversais e que, são muitas, e não passa só pelo Conselho Municipal da Juventude. -----

Surgiu-nos um pedido de esclarecimentos, por parte dos deputados da Assembleia da República, para nos pronunciarmos sobre a situação, em como é que ela se encontrava. Paralelamente, sabemos que está a decorrer, através da Associação Nacional de Municípios Portugueses, penso, uma petição que nos aconselha a não responder. Portanto, é isso que estamos a acatar, dizendo apenas que tudo o que é política de juventude, temos várias no terreno e não passa só pelo Conselho Municipal da Juventude. O Conselho Municipal da Juventude será uma realidade quando entendermos que será o mais adequado. -----

O skate park está num espaço que vai sofrer uma alteração com a regeneração urbana, daqui o dilema de manter aquele espaço tal como está e impedir os jovens de praticar a actividade. Quem



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tem que decidir é quem tem o ónus da decisão. É muito fácil para quem está desse lado, chega ali e, simplesmente, deixa de haver skate park. -----

Reconhecemos que não está nas melhores condições, mas entre limitar os jovens de terem um espaço onde possam praticar e não ter nenhum, optámos pela primeira situação. -----

O Membro da Assembleia Municipal Sr. Gonçalo Gaspar – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Gostaria de dar um esclarecimento ao nosso Vereador da juventude que o Conselho Municipal da Juventude não é uma política de juventude, mas sim um fórum onde devem ser discutidas políticas da juventude. Acho extremamente importante, é uma imposição legal, obviamente que terá algumas lacunas, mas como o Sr. Presidente de Câmara gosta de referir, temos de olhar também para os exemplos dos nossos concelhos vizinhos, e todos eles têm o Conselho Municipal da Juventude activos com os seus próprios regimentos. -----

Queria perguntar quais são as políticas de juventude que este executivo tem executado e pensado, porque posso arriscar que nenhum dos membros da Assembleia Municipal saiba uma das políticas". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Não é uma política, é um órgão. Relativamente ao seu dilema, já é um dilema com cerca de um ano. Está no skate park a proibição de utilização do espaço. Aqui não há dilema. Arranjam o espaço ou fecham-no de vez. Não pode haver dilema, quando skate park implica perigos para os miúdos que lá vão praticar. Agora já não tem graça saber que aquilo está naquelas condições e o senhor está com um dilema". -----

A Membro da Assembleia Municipal Prof.^a Emília Soares – CDU, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Só gostaria de dizer mais uma vez que a resposta que levo é quase igual àquela de um ano atrás. Quando dizemos as coisas e apresentamos as propostas, é com bom sentido e para o bem comum dos munícipes do Cartaxo. Considero a sua resposta triste, quando o senhor diz que "então querem que feche aquilo aos miúdos". É evidente, se não vai fechar, os miúdos devem brincar em condições. Podemos correr o risco que haja um acidente gravíssimo e depois vêm os jornais e a comunicação social. -----

Talvez pela minha profissão anterior, tive o máximo cuidado para os miúdos não se magoarem e acho que é preciso ter muito cuidado. Preocupo-me muito com os jovens do concelho". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Bernardo Pereira – PS, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"O Sr. Vereador, respeitante a algumas das questões pertinentes que colocou, gostaria que todos nós e o executivo tivéssemos consciência do facto, aquele equipamento é da responsabilidade do Município. Tudo o que lá ocorrer é da responsabilidade civil por danos é da nossa responsabilidade.



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signatures and initials:
Jesús
R
A.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gostaria de deixar aqui referência para que, no mínimo, o Município acautele os seus bens, porque tem uma apólice de responsabilidade civil que, se algo ocorrer será accionada". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"A minha questão ao Vereador foi precisamente a questão que o Dr. Bernardo acabou de levantar. Essa sua resposta do dilema e essa sua atrapalhação de não fazer a mínima do que vai fazer ao espaço é uma coisa que também me levanta esta questão da segurança, não só da segurança de facto já falada pela Prof. Emília como dos próprios seguros. Sr. Vereador, guarde um pouco do seu tempo para tratar destes assuntos ou então dispense o pelouro". -----

O Senhor Vereador Pedro Gil, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Políticas de juventude, vocês brincam com as palavras de uma forma que eu não o faço. Portanto, dizer que é uma política de juventude, eu sei que não é. É um órgão isolado e de reflexão. Relativamente às políticas, naturalmente, que elas são muitas. -----

Vou só enumerar algumas políticas de juventude: férias desportivas, questões relacionadas com o desporto como o apoio às colectividades e formação. -----

Relativamente ao espaço skate park, eu tenho consciência disso, é evidente que tenho. Aquele espaço foi remodelado há três anos e, facilmente, foi degradado. -----

Outra questão é reparar aquele para ser facilmente ser degradado? Não é o equipamento que se utiliza hoje. Fazer uma infraestrutura para que se aguente no tempo, não se degrade, custa dinheiro e nós, agora, não o temos para gastar. É importante o vosso manifesto relativamente a este assunto". -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar o Voto de Protesto do PSD sobre os "Agora Nós: Juventude do Concelho do Cartaxo", com 11 votos a favor, 6 do Grupo do PSD, 3 do Grupo da CDU, 2 do Grupo do BE, 10 votos contra do Grupo do PS e 4 abstenções do Grupo do PS. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

O Senhor Dr. António Antunes Gaspar, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Cumprimento a Assembleia Municipal do Cartaxo e o Executivo Municipal, se não fosse a legitimidade que me dá a Constituição da República directamente, através da constituição de organizações de moradores, directamente o artigo 285º da Constituição e, ainda o espírito da organização popular nestas organizações depois de várias revisões constitucionais. Não fosse essa a legitimidade e a gravidade do assunto que me trás aqui, eu não estaria a falar de um assunto que já é tão antigo, falado e conhecido. Se calhar, a única coisa que me trás, aqui, é estar pouco discutido e nada resolvido. Vão doze anos sobre questão dos aviários das Várzeas, que continuam a ser um pólo tentador à saúde pública da população do Cartaxo. -----

A situação não está resolvida, agravou-se, mais do que isso, acentuou-se o desinteresse completo das entidades competentes para o resolverem. No país democrático, este desinteresse do Estado



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

segm
RJ
41.

por um assunto que é importante na nossa perspectiva, carece de uma intervenção nesta Assembleia. Há deputados que não estavam na Assembleia em que se discutiu este assunto. -----

Em 2006, foi feita uma fiscalização pela Câmara àquelas instalações e concluiu-se que se tratava de um foco de insalubridade e de perigo para a saúde pública. -----

Em 2006, foi feito outro relatório de visita da Câmara, por parte da Divisão de Ambiente de Serviços Urbanos, sobre a estrutura que envolve o local onde se procedia à carga de veículo com composto de excrementos, a fim de evitar a libertação de poeiras para os terrenos circundantes. O controlo do local encontrava-se totalmente danificado, concretamente a estrutura que evita a saída de insectos e outras poeiras. -----

Em Agosto de 2006, foi o auge e uma calamidade quase pública naquele local das Várzeas. Foi feita uma avaliação também pela Câmara e constatou-se que apesar de ter sido feita algum trabalho na preparação da estrutura de suporte para a rede que evitava a proliferação de insectos, a mesma não se encontrava instalada no local. -----

E vários relatórios foram feitos ao longo destes últimos anos. É de referir que houve um empenho da autarquia nos anos 2006 e 2007, até foram feitas vistorias semanais às instalações, por via do Vereador Pedro Ribeiro. -----

Em 2010, continuamos exactamente como no princípio. No dia 14 de Julho de 2010, em pleno Verão, foi feita uma vistoria e um relatório técnico da entidade de saúde. Nesta altura, aferiu-se que o que estava em causa era uma questão de saúde pública, dada a existência de fendas para o exterior em várias zonas do telhado dos pavilhões de compostagem, com as redes mosquiteiras destruídas e a presença de uma elevada quantidade de moscas vivas e mortas. -----

Conjuntamente com este relatório, o Ministério da Agricultura fez outro, que não temos conhecimento, porque não nos foi dado. -----

Este relatório foi feito pela Associação de Moradores das Várzeas, que fez mais uma denúncia em 18 de Setembro de 2010, apresentámos fotografias que demonstram claramente a calamidade existente naquele local e vão doze anos. -----

Em 2008, foi concedida uma licença ambiental pela Agência Portuguesa de Ambiente, em 05 de Novembro de 2008, assinada pelo director geral, para esta unidade industrial. -----

É como se fosse o caderno de encargos de uma entidade que, tem deveres a cumprir para o seu bom funcionamento. E deste quase caderno de encargos resulta, para nós, uma evidente desfeita pela Lei, pelo Cartaxo, pela Câmara, por tudo o que seja entidade e tudo o que seja legalidade que possa ser equacionado neste contexto. -----

No preâmbulo desta licença, a «actividade deve ser explorada e mantida de acordo com o projecto aprovado e das condições estabelecidas nesta licença, nomeadamente há a exigência de relatórios periódicos a elaborar pelo operador, concretamente o plano de desempenho ambiental e o relatório ambiental anual, constituem mecanismos de acompanhamento da presente licença ambiental. O estrume das aves e os cadáveres dos animais são subprodutos produzidos nas instalações,



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

9250
Rk
CH.

deverão ser conservados em local e temperatura adequada de forma a evitar qualquer risco para a saúde humana, até serem encaminhados para o destino final adequado. Os cadáveres dos animais são recolhidos periodicamente para uma arca congeladora. Em matéria de transporte de resíduos estas tarefas devem ser realizadas com as entidades definidas no nº 2, da portaria 335/97, ou seja são entidades licenciadas para o transporte deste tipo de resíduos». -----

Ao longo destes 2 anos últimos anos em que esta licença ambiental está em vigor e foi concedida por um período de 8 anos a este operador económico pelo Ministério do Ambiente, não corresponde com a realidade que nós vemos. -----

No dia 14 de Julho de 2010, foi feita a última vistoria e verificou-se o que se tem verificado ao longo destes anos, a violação desta licença ambiental concedida por um prazo de 8 anos e que não tem relatório, vistorias e nada feito pelas entidades, mas sim pelas entidades a quem a Associação tem denunciado esta situação e pelo período de 2006-2008, em que a Câmara teve um interesse grande sobre este assunto. Realmente neste período houve melhorias. -----

A Associação nunca teve a intenção e nunca foi esse o pedido formulado na Câmara nem em nenhuma entidade oficial, o fecho ou o desaparecimento daquela unidade industrial. Foi sempre procurado que ela funcione de acordo com as regras e o ambiente. -----

É muito tempo para resolver um problema de saúde pública. A partir de 2001, a Associação vai ter que encetar outro tipo de processo, dado que já fez duas queixas ao Ministério Público em 2007 e 2009 e foram arquivadas sem qualquer tipo de investigação. Utilizando o direito de petição, de acordo com o artigo 265º da Constituição, as associações de moradores têm o direito de pressionar junto das autarquias locais providências para minimizar esses efeitos e é isso que estamos a pedir. Pedir à Câmara e a todos os grupos parlamentares desta Assembleia Municipal, que se sensibilizem com este assunto, que procurem recolher elementos, a Associação tem um dossier com todos esses elementos, e pressionem as entidades competentes para a realização de uma vistoria àquela entidade. O operador económico é diferente e indiferente a esta questão. A partir de Janeiro vamos acionar criminalmente o operador económico. -----

O Cartaxo é um concelho que tem a bandeira de qualidade de vida, é um concelho que procura fazer com que esse símbolo esteja vivo através de um bom ambiente e qualidade de vida. -----

A comissão de moradores das Várzeas deixa ainda a questão dos arruamentos, onde foi colocado o sistema saneamento incompleto e feito o pavimento dos arruamentos. Não foi feita a fiscalização daquela reposição, que foi péssima, com buracos e tampas de esgoto acima do pavimento, uma destruição total destes arruamentos, que daqui por dois anos estão intransitáveis. -----

A segurança naquela zona passou para a PSP, que faz uma vigilância de passagem. Relembrou que nas Várzeas está implementada uma estrutura social fundamental e importante no concelho, que é o jardim-de-infância do Cartaxo, onde estão muitas crianças e trabalham mais de cem pessoas, mas não há um sinal de trânsito na rua de S. Francisco a assinalar a presença de um jardim-de-infância. O trânsito naquela zona é caótico, dado tratar-se de uma alternativa aos



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

5230
pt
dp.

impedimentos de outras vias principais. -----

Também são frequentes os cortes de abastecimento de água naquela zona e a pressão da água é bastante baixa. -----

Sempre quisemos ser parceiros da Câmara para a resolução daquele problema e, no ano de 2011, vamos lutar para a resolução do mesmo". -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

*"Em primeiro lugar, uma palavra de apreço à Associação de Moradores das Várzeas por terem vindo a esta Assembleia e apresentarem neste órgão autárquico os assuntos que dizem respeito àquela zona. Sou um defensor acérrimo das associações de moradores. Na Europa moderna há muitas associações de moradores que denunciam problemas concretos e, algumas delas mais avançadas, até têm uma posição própria no seu bairro, no que diz respeito à gestão de determinadas matérias como a limpeza e certos serviços da própria comunidade onde habitam. ----
As associações de moradores, conforme estão no nosso país, apresentam circunstâncias e situações como esta das Várzeas. -----*

Queria transmitir à Associação de Moradores das Várzeas algumas questões que se levantaram aquando daquilo que foi aqui apresentado. Questões de electricidade, segurança, alcatroamentos e o próprio abastecimento de água, são situações correntes, que temos procurado acautelar com as entidades competentes, PSP e EDP. Também é necessário um reforço de iluminação em determinadas zonas, não só na Rua de S. Francisco. São situações que temos procurado acautelar o melhor possível dentro das competências da CMC e do trabalho dessas entidades em cooperação com a autarquia. -----

Quanto à questão dos aviários, se a associação de moradores das Várzeas apresentar uma queixa-crime ambiental tem a Câmara Municipal como parceira e que o faça contra o Ministério do Ambiente e a Direcção Regional da Agricultura e Pescas, que são as entidades competentes nesta matéria. -----

Em 2010, o Eng. Paulo Varanda também desenvolveu relatórios e apresentou-os à Direcção Regional da Agricultura e Pescas. -----

Acho inconcebível que, 12 anos após denúncias e trabalhos de parceria com a CMC e várias entidades, o Ministério do Ambiente passe uma licença por oito anos. -----

Até 31 de Março de 2011, segundo informação jurídica que tenho, as actividades pecuárias vão ter que apresentar, desde que estejam licenciadas ou autorizadas, actualização do registo de exploração e as condições em que vão desenvolver essa actualização de cadastro. -----

E até 31 de Dezembro de 2010, a entidade deveria apresentar um pedido de regularização da respectiva actividade. -----

Vamos referir a data de 31 de Março de 2011, em que essa exploração vai ter que apresentar uma «renovação» do pedido de renovação, por isso, parece-me conveniente que, neste momento, a Câmara Municipal juntamente com a Associação de Moradores, se tiver de apresentar algum crime



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

segundo
7h
4p.

ambiental, é altura e que o faça contra o Ministério do Ambiente, a Direcção Regional da Agricultura e Pescas, que são as entidades competentes sobre esta matéria. -----

Temos todas as condições para se for necessário, apresentarmos um pedido conjunto. Nesta matéria a Câmara Municipal tem feito tudo, somos parceiros, se quiser somos parceiros mais efectivos ainda, se tivermos que denunciar e se for necessário limitar a actividade de exploração de uma vez por todas, ou condicioná-la, quando a exploração a empresa apresentar, até 31 de Março, o licenciamento com determinadas condições. -----

Naquilo que nos compete, procuramos fazer o melhor possível. O grande problema ao longo destes anos, tem sido aquilo que não nos compete, o que está na competência para além de nós e, nessa matéria, não temos meios perante a aplicação das leis, que têm vindo a alterar o Decreto-Lei 214/2008 de 10 de Novembro, que regula o exercício da actividade pecuária, já foi alterado, a 25 de Junho de 2010, muito próximo de quando foi feita a vistoria, alterou e modificou o processo de instalação. -----

Na minha opinião, alterou bem porque exige actualizações mais constantes. Fico estupefacto como é que foi passada pelo Ministério do Ambiente uma licença por um período de oito anos, tendo em conta que o novo dono tinha mais obrigações. -----

A Câmara Municipal é parceira, mas não pode fazer mais do que aquilo que nos compete. Se for preciso, exararemos por escrito, com uma cópia da acta, que será apresentada perante vós uma posição conjunta sobre esta matéria, para além das reuniões que poderemos ter para concertar posições sobre este ponto. -----

O grande problema destas explorações e de outras do nosso concelho, são os abusos e a forma abusiva como se desenvolvem, porque se o respeito da Lei imperasse, estas explorações conviviam bem no rural/urbano". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"O BE quer dizer à Associação de Moradores das Várzeas que, além da cooperação necessária e imprescindível da Câmara Municipal, em parceria como disse o Presidente Paulo Caldas e, se for caso disso intentar um processo de crime ambiental. Da nossa parte, gostávamos de reunir convosco, porque achamos que crime ambiental e atentado à saúde pública são assuntos demasiado graves para que nós, BE, fiquemos de braços cruzados sem nada fazer. -----

Caso a Associação queira a nossa ajuda, solicitaremos ao deputado eleito pelo BE no Distrito de Santarém para reunir convosco, reforçar esta posição da autarquia". -----

A Membro da Assembleia Municipal Prof.^a Maria Emília Soares - CDU, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Quero demonstrar a nossa solidariedade com a Associação de Moradores que, em 2006, recebeu a visita do Grupo dos Verdes, mas continuaremos a envidar todos os esforços para sensibilizar e ajudar a resolver este problema". -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Bernardo Pereira – PS, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“A bancada do PS não tem comentários, é uma situação que nos envergonha a todos nós, por terem decorrido 12 anos. Veja-se que estes indivíduos há 12 anos que estão a cometer um crime. Da nossa parte, do Grupo Parlamentar do PS e da respectiva comissão na Assembleia da República, faremos todas as diligências com todos os grupos parlamentares para que este processo se resolva o mais rápido possível”. -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Agradeço ao Dr. António Gaspar, em nome da comissão de moradores, a presença e dizer em jeito de informação que temos na bancada gente ilustre que, vivendo nas Várzeas, conhece o problema. Também queremos falar com a Comissão sobre as resoluções para o problema, há algumas que o Dr. António Gaspar aqui deixou. Creio que temos condições para continuar a avançar com este processo. Da nossa parte, existe toda a disponibilidade no seio desta Assembleia Municipal e do executivo municipal para a qualidade de vida do Município”. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA: -----

1 - RELATÓRIO DE SÍNTESE DA ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA -----

O Membro da Assembleia Municipal Sr. José Francisco – PS, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“Os habitantes dos Casais da Amendoeira e dos Casais Penedos estão a receber corrente eléctrica a 185 e a 190 o máximo, mas pagam a 220, inclusive já liguei para a linha 800 506 506 da EDP. Queria solicitar à Câmara Municipal que intercedesse junto da EDP, se possível, dados os frequentes cortes de corrente, há pessoas que só têm monofásica e passam horas sem corrente. — Também sofremos cortes de água constantes e sabemos quando é que a água volta às torneiras e aos canos, dada a pressão da água, e o facto de os contadores continuarem a contar como sendo água”. -----

A Membro da Assembleia Municipal Dra. Odete Cosme – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

“No Relatório de Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira, gostaria de chamar a atenção para a execução das receitas, foram previstos 53.450.000€ e só estão realizados até 30/11 cerca de 19.400.000€, o que representa uma dívida de 34 milhões de euros de execução. -----

Nas despesas exactamente a mesma situação, uma previsão 53.450.000€ e uma execução de 15.855.000€. Se o executivo pudesse prestar algum esclarecimento, agradecia. -----

Na página 11, secção de contabilidade, na rubrica 268 – outros devedores, está o valor de 37 milhões de euros, que como já foi dito em anteriores assembleias, este valor continha a concessão das águas. -----

Pergunto, se das águas já foram recebidos os 7 milhões de euros e porque é que continua a



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials:
J. Silva
P.L.
J.F.

constar o valor na totalidade. -----

Gostava também de saber, na mesma página, referente à rubrica 268 – outros credores, o que é que querem dizer estes 8.530.000€". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Relativamente à página 10, do Relatório da Actividade Municipal e Situação Financeira, queria fazer uma referência à execução orçamental que foi feita até 30 de Novembro do ano corrente. Estamos aqui a verificar um conjunto de números que a Deputada Odete Cosme também já referiu e que vale a pena sublinhar. -----

Nas receitas correntes, foi previsto para o ano de 2010, cerca de 24 milhões de euros de receita corrente até ao final do mês de Novembro, a um mês do final do ano, temos por concretizar 2/3 do que foi estimado no orçamento do ano passado. -----

Se verificarmos na receita de capital, o total da receita apenas concretizou cerca de 10% daquilo que estava estimado no orçamento de há um ano atrás. -----

A despesa corrente tinha 24 milhões de euros previstos e tem neste momento, no final do mês de Novembro, a um mês do final do ano, 46% de concretização. O que está na despesa de capital são apenas 16% de execução. Tudo isto andarà na casa dos 34%, o que quer dizer que, por cada 100€ que se orçamentou o ano passado, na altura do final do mês de Novembro, com onze meses de execução orçamental, tínhamos concretizado cerca de 33€ ou 34€ em relação à estimativa. -----

Gostaria de colocar uma questão ao Sr. Vice-Presidente, relacionada com uma questão que já pelo menos em duas sessões da Assembleia Municipal referente ao aumento das dívidas de curto prazo (página 11, do Relatório de Síntese). -----

Recordo que, no início deste ano, fiz aqui uma referência ao facto de, já em Abril deste ano, a dívida a curto prazo ter crescido para cerca de 13 ou 14 milhões de euros e aquilo que nós constatamos no final de Novembro, foi que a dívida a curto prazo está quase em 22 milhões de euros. O que eu queria saber é como é que o Sr. Vice-Presidente justifica isto, porque na altura informou e esclareceu a Assembleia Municipal, que ser-nos-iam dados esclarecimentos por escrito, a menos que os correios tenham feito greve ao longo destes meses todos o que me custa a crer, ou que a correspondência se tenha perdido o que também me custa a crer, o Sr. Vice-Presidente ainda não fez chegar esses esclarecimentos. -----

E, como eu acredito que o Sr. Vice-Presidente é um homem de palavra e como tenho a certeza que irá prestar esses esclarecimentos, queria pedir-lhe, se finalmente onze meses depois de termos começado o ano, estava em condições de me poder esclarecer a dívida de curto prazo". -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Há uma expressão que se usa em economia que é uma expressão um bocadinho rude, mas que acaba por caracterizar a situação que vivemos no país e na Europa, e também caminhamos aqui no concelho. Essa expressão diz que quando se quer justificar com rigor uma realidade complicada e,



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten notes:
Jorge
P
dl.

sobretudo, quando há estimativas e quando há uma realidade que não coincide minimamente com essas estimativas. Esta justificação vale para esta realidade, ou seja, eu penso que todos temos consciência que a forma como o desenvolvimento económico do país e local tem vindo a ser desenvolvido e concretizado, espelha uma realidade difícil para todos. -----

No nosso caso em concreto, a realidade é essa, quando se concretiza, não diria que sejam 2/3, mas quase 2/3 da receita corrente e a despesa corrente em menos de metade, alguma coisa não bate certo com a realidade efectiva do que se pretendia concretizar mesmo na componente corrente. Mais ainda quando, na política de capital, se tenha a concretização baixa para 20% e 16% no caso da despesa e receita de capital uma cobrança de 10%. Alguma coisa também não está bem. -----

Efectivamente, as taxas de execução e eu penso que isto acontece em realidades que também existe e nós nunca o escondemos, sustentabilidade de pagamentos tem de ser garantida para trás, ou seja pagamentos de dívida. Este é um ponto importante, o pagamento da dívida. -----

Os "fatos" feitos mais largos para garantir a cobertura deste pagamento da dívida, acabamos por ter essa realidade onde o "fato" acaba por ser demasiado largo face àquilo que é a concretização. ----- Esta é a explicação objectiva e real. Eu penso que esta realidade alterar-se-á no orçamento para 2011, com a componente de capital. Também só mexe porque os financiamentos assegurados para concretização dos investimentos do QREN ou da administração central. A componente corrente não mexe. -----

O Município do Cartaxo tem cerca de menos 4,78 milhões de euros de receita corrente. -----

Há coisas que se conseguem fazer, outras que não se conseguem fazer. Há realidades que nós conseguimos contestar, há realidades que não conseguimos ultrapassar. -----

Penso que a situação vai melhorar para 2011, porque vamos ter investimentos devidamente co-financiados, o que vai ser espelhado no orçamento, para além da cobertura da dívida para trás. Tudo aquilo que for dito em sede de orçamento pode acrescentar mais para cima ou mais para baixo, será deturpar a realidade objectiva. O desequilíbrio não aumentou do ponto de vista de despesas com o pessoal e das principais rubricas de despesa corrente, não houve um acentuar desses desequilíbrios do ponto de vista da gestão. Era a situação que podia ser mais preocupante".

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: - "Objectivamente e fruto desta política do executivo em termos de desenvolvimento de obras e de infra-estruturas, é natural que estas gerem despesa e esta despesa gere em tempo dívida, fruto de alguns atrasos de alterações e transferências no âmbito das contrapartidas do QREN. -----

Estamos confiantes que este saldo vai equilibrar e mesmo baixar, dada a situação estar num caminho regularizado e a nossa interacção com as instâncias competentes também está num estado avançado, o que permite ter a garantia que esta dívida vai ser saldada, não pela parte das entidades responsáveis, mas propriamente por parte do Município, excepcionando ou não o financiamento com receitas próprias. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Uma parte significativa deste aumento da dívida poderá relacionar-se com o desenvolvimento das nossas obras e infra-estruturas que conseguimos ver em todo o concelho". -----

A Membro da Assembleia Municipal Dra. Odete Cosme – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Penso que não ouviram bem as perguntas que foram colocadas. O Sr. Presidente está a desculpar-se com as verbas do QREN, de não virem a tempo para 2011, para 2010 nunca viriam. E nós estamos a analisar um relatório síntese de 2010 e não de 2011. Depois foram feitas perguntas concretas sobre as verbas que estão inscritas no quadro da secção de contabilidade. Eu pedi respostas e ainda não me deram, não sei se querem dar ou não". -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Respondemos por escrito". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Presidente da Assembleia em exercício, sobre as respostas por escrito do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vice-Presidente, tenho a informar a Assembleia Municipal que nunca recebemos. - Portanto, considero enquanto não receber as respostas por escrito do Sr. Presidente da Câmara e do Sr. Vice-Presidente sobre estas matérias. Sr. Vice-Presidente, peça à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, novamente, porque ela já lhe enviou, são duas páginas A4 com questões que os senhores disseram que respondiam por escrito. -----

Gostava que houvesse aqui alguma frontalidade, Dr. Paulo Caldas e diga olhos nos olhos que não responde. Na última sessão da Assembleia já disse que respondia ao que queria, quando queria e como queria, apesar de exaltado foi frontal connosco. Não se refugie numa coisa que o senhor sabe que não vai fazer, primeiro porque o senhor nem notas está a retirar das perguntas que são feitas, depois as actas da Assembleia são o que já foi falado aqui e nós não vimos aqui para brincar. -----

Já lhe disse aqui uma vez e tome-lhe a dizer, o senhor estaria muito mais confortável como presidente da câmara num regime não democrático do que neste onde vivemos". -----

Deliberação: A Assembleia tomou conhecimento do Relatório de Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira. -----

2 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO, ORÇAMENTO E MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DO CARTAXO PARA O ANO DE 2011 -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD, leu a sua declaração de voto sobre as "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011". (Anexo 9)

A Membro da Assembleia Municipal Dra. Odete Cosme – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Em primeiro lugar, gostaria de fazer uma pergunta directa aos membros do executivo. Foi, hoje, numa ordem de trabalhos da reunião do executivo e colocada à votação, a alteração orgânica onde



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eram definidas as unidades, mobilidades e equipas multidisciplinares. Esse documento não foi aprovado e tem a ver com o quadro de pessoal anexo a estes documentos que nós temos, que é o orçamento, as grandes opções do plano e as actividades mais relevantes. -----

Acho que o documento mapa de pessoal não devia ser votado, uma vez que estamos a votar um documento cuja base não está aprovada pelo executivo. -----

Mas deixo isso à consideração da Assembleia, como os esclarecimentos que nos forem dados. Verificamos que, na página 44, das Grandes Opções do Plano, estão três Grandes Opções do Plano, que são duas creches e a Associação Humanitária de Pontével, que continuam para 2011, quando estas obras já foram inauguradas. -----

Na página 49, temos um caso ainda mais grave, que são as rubricas do saneamento e o abastecimento de água, em que são verbas destinadas ao plano plurianual de investimentos para obras, rede de saneamento e abastecimento de água, que se estendem até 2013 e perfazem para o saneamento 6.470.000€ e para as águas 6.041.000€. O que é que isto está aqui a fazer? O Sr. Presidente disse que tinha concedido as águas, para a empresa fazer esse investimento. O que é que estes 12 milhões de euros estão a fazer no plano plurianual de investimentos. -----

Na página 53, existem duas obras para o viaduto de Santana. Temos uma, que é o ano em acção 66 e mais abaixo o ano e a acção 54, no viaduto de Santana e na modernização da linha do norte, passagem desnivelada e viaduto de Santana. -----

Quanto à página 54, mobilidade e territorialidade, estão aqui 765 mil euros previstos para investimento em 2011, que eu saiba, a mobilidade e a territorialidade foram propostas aos fundos do QREN e são uma obra que o Sr. Presidente disse que ia avançar, baseada nos fundos comunitários. O que é que isto está aqui a fazer? -----

Na página 60 e 61, actividades mais relevantes, eu, gostava que me explicassem porque é que estão candidatas para o ano 2011 actividades mais relevantes, que por exemplo estão em protocolos culturais com associações e actividades de 2005, com juntas de freguesia, festa do vinho, feira dos santos, tudo de anos anteriores. O que é que isso tem a ver com as actividades mais relevantes do ano em que vamos começar, que é 2011. -----

Passando para a página 67, também as actividades mais relevantes são as três obras que já estão inauguradas e que já fazem parte das grandes opções, são duas creches e a nova sede da Associação Humanitária de Pontével. Também, aqui, estão como actividades mais relevantes para 2011 e são obras que estão feitas e entregues. -----

Passando agora para o orçamento, dei-me ao trabalho de somar na parte das receitas do orçamento, rubricas que, no POCAL, são consideradas como rubricas de valor residual onde só entra um valor mínimo, rubricas que perfazem 48 milhões de euros, ou seja 2/3 do orçamento. Cerca de 65% do orçamento de 61 milhões de euros, são rubricas que não estão devidamente justificadas e que, nos outros municípios até podem ser consideradas, mas são acompanhadas de um mapa, devidamente discriminado com todas as acções que esse valor compõe. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Temos também Outros em despesa, 15 milhões de euros, também não é pouco. -----

Na página 106, as referências de capital perfazem 24 milhões de euros. Também estão 22 milhões de euros em Outros. Mas, suponho, que terá a ver com fundos comunitários. Se tiver a ver com fundos comunitários estão, aqui, 24 milhões de euros, quando as obras comparticipadas são 2,5 milhões de euros. Gostava de saber as razões para tudo isto, se for possível, aqui". -----

A Membro da Assembleia Municipal Prof.^a Maria Emília Soares - CDU, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação a esta matéria, há algumas situações que já foram levantadas pelas outras bancadas, que também vimos e achámos que não vale a pena estar a repetir-se, uma vez que vai responder".

De seguida, leu as considerações da CDU sobre as "Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011" e "Quadro de Pessoal". (Anexo 10) -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Vou tentar fazer um esclarecimento mais geral ou específico, consoante o que foi apresentado. Do ponto de vistas jurídico, não há qualquer problema na aprovação do quadro de pessoal da forma como está apresentado. O orçamento foi analisado e, conforme está apresentado, respeita as unidades nucleares e, como tal, a criação das unidades flexíveis. Penso que vai ser feita, no próximo dia 3 e deliberada em câmara, vai consagrar e não entra em colisão mínima com aquilo que foi deliberado em Assembleia Municipal. Por isso, o quadro de pessoal a vigorar em 2011, felizmente, para bem de todos e para bem do pagamento aos trabalhadores não vai haver qualquer problema em vigorar a partir de 1 de Janeiro. -----

Mais obra. Mais dívida. Compreende que, quem gere tenha essa dificuldade. Isso reflecte um pouco as aspirações da CDU. Podíamos ter mais uma piscina em Pontével, mais um pavilhão em Vila Chã de Ourique, mais isto ou aquilo, depois também não podem vir cobrar-nos a dívida estar a crescer.

Há aqui alguma incoerência de gestão que, nós temos de considerar, sobretudo, quando estamos a falar de política de investimentos e de política de necessidade de contenção, ou seja, queremos uma coisa ou a outra, as duas são impossíveis. Quem gere deste lado tem essa dificuldade, por isso é que tem de fazer opções. -----

Compreendo perfeitamente as aspirações, mas tem que ir com calma, por isso é que algumas rubricas aparecem abertas com valores simbólicos. Tem que se definir prioridades. -----

A questão do orçamento carregar a dívida, explica os valores que aí estão. Se nós tivéssemos mais empresas municipais ou um caixote onde puséssemos as facturas, provavelmente, o orçamento não precisava de carregar a dívida toda, carregava só metade e tínhamos metade deste orçamento. Não estou a citar municípios que o fazem, mas o nosso Município não o faz. -----

O que significa que, o orçamento que está aí, como é óbvio, não impede que não se siga uma política de contenção para cortar em metade algumas rubricas de despesa corrente. -----

Também nada impede, com a nova orgânica, que o pessoal reduza em cerca de 1,5 milhão de euros a verba que está estimada para despesas com o pessoal sem despedimentos. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Penso que isto é positivo no actual enquadramento que temos de gerir, para podermos ter algum dinheiro nas opções de investimento. Aí, as opções de investimento são muito claras, somente aquelas que são comparticipadas pelo QREN e aquelas que estão ao abrigo dos protocolos da administração central. Isto é um facto. O Deputado Vasco Cunha põe um "se", se não houver contrapartidas da Ota, se estas obras não forem concretizadas pela administração central ou as transferências para a RUMO 2020 concretizar as mesmas. -----

Nós temos aí, em 2011, as obras que estão e vão para o terreno, umas vão ser concluídas e outras consolidadas. -----

A melhor resposta é vermos, no ano de 2011, se este orçamento é ou não uma verdade e uma concretização, nesta base objectiva, obras comparticipadas pelo QREN e viabilizadas pela administração central, isto do ponto de vista da política de investimentos com as prioridades bem definidas. Não podemos fugir do que está aí. Assim como, a prioridade das freguesias, não baixamos tanto como as outras rubricas de despesa, porque entendemos que devíamos manter a política de proximidade que temos tido nos últimos anos. -----

Deixa de ser um "se" para passar a ser uma opção concreta, simples e objectiva, com as obras bem identificadas. -----

Para além dos ataques pessoais e da forma como, na minha opinião, algumas vezes demasiado difamatória conforme encara, não só a minha pessoa como os membros da minha equipa, aprecio o BE, porque tem tanta força, mérito, apresentação no rigor das coisas, julga-se competente, aliás, mostra-se aparentemente competente em todas as matérias e, eu fico incrédulo, quando ouvi da boca da Sra. Deputada que, pelo facto da mobilidade estar integrada nas verbas do QREN, não deveria constar no PPI. Fico incrédulo, porque se não constasse no PPI não podia ser feito. -----

Fico ainda mais incrédulo quando, apesar de inauguradas as creches e a ETAR, mas têm de estar registadas contabilisticamente, porque ainda estão a ser pagas. -----

Fico incrédulo, porque vem tanta sabedoria, rigor e competência desse lado e deste lado, exista tanta ilegalidade, abuso de poder, tudo e mais alguma coisa. Nesta matéria, temos que ser também humildes, porque é nestas pequenas coisas que se verifica que um grupo de trabalho que está permanentemente a atacar um grupo de pessoas, a ser difamatório e a abusar da linguagem, nestas matérias deveria não dizer nada ou então ser humilde e pedir um esclarecimento, mas não da forma arrogante como o faz habitualmente. -----

No que diz respeito ao que o Dr. Vasco Cunha disse, vou tentar esclarecer. Não percebi a questão do desequilíbrio estrutural, eu percebi que está praticamente. Percebo porque diz praticamente, isto não é uma informação nossa, a câmara informa trimestralmente a DGAL destes números. Porque da mesma forma como aparece como anexo o quadro sobre o que a DGAL e a Secretaria de Estado da Administração Local, classificou como municípios em desequilíbrios estrutural, com a data de referência de 31/12/2009. -----

Também aparece outro quadro onde diz municípios em desequilíbrio conjuntural, com a mesma



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

data de referência de 31/12/2009.

O Município do Cartaxo aparece nos 50 municípios em desequilíbrio conjuntural, tal como outros municípios da zona, ou seja o saneamento que efectivamente foi feito, aparece uma nota de referência a dizer que fizemos o saneamento. Está acontecer que está a ser alvo de protesto de grande parte dos municípios que têm o saneamento, isto é, estão no desequilíbrio conjuntural e a ser apontados no mapa de referência como desequilíbrio estrutural sobretudo estes municípios no qual está o Cartaxo. -----

Nesse tal quadro, que não foi como anexo, o Município do Cartaxo aparece com quatro indicadores de caracterização de como é que está a correr o processo de saneamento. Aparece depois com as marcas do cumprimento do processo de saneamento ou não. -----

O Município do Cartaxo aparece apenas com um não cumprimento, um ponto em cinco indicadores, ou seja, dentro do desequilíbrio conjuntural somos alunos bem comportados. -----

Isto para dizer que datas de referência, 31/12/2009, aparece com um quadro de saneamento conjuntural, efectivamente, este é o nosso timing, este desequilíbrio estrutural é um projecto de contradição por parte de muitos municípios que estão no saneamento financeiro e dizem que não têm nada que aparecer em desequilíbrio eventualmente estrutural e foi daí que eu tirei praticamente o desequilíbrio estrutural, porque isto não está correcto. Esta informação não está correcta por duas razões, tem a mesma data de referência na caracterização estrutural e conjuntural e não está correcta, porque o Município do Cartaxo não está na estrutural, até está a cumprir bem a conjuntural. Tem efeitos e consequências negativas que, no caso do Município do Cartaxo tem retenções de verbas. No caso de uma grande parte dos municípios, para além das retenções de verbas, têm previsões de contratações efectivas já este ano 2010. -----

Têm consequências grandes e já foram apresentadas, eu, posso dizer que já pedi uma reunião com o Secretário de Estado da Administração Local, como colegas nossos que já colocaram providências cautelares por causa da retenção de verbas. -----

Não faz sentido um município ser classificado simultaneamente no âmbito do saneamento que é conjuntural e, ao mesmo tempo, no estrutural. Esta matéria deve ser objecto de uma análise muito prudente antes de ser politicamente analisada e utilizada. -----

Concordo que, se porventura, de hoje para amanhã e daqui por dois meses continuarmos no desequilíbrio estrutural, que seja dito o porquê e justificado, devendo sermos punidos, porque a gestão passou de dano conjuntural a dano estrutural. -----

Pode muito bem acontecer que o Município do Cartaxo sai rapidamente do quadro do estrutural. -----

É uma nota que eu deixo, porque é efectivamente uma nota de rigor técnico apresentada pela DGAL com informação nossa. Não é informação duvidosa, é nossa. Agora, a forma como é utilizada é que tem de ter o devido tratamento e rigor. -----

Só alerta para esta questão, porque já discuti juridicamente com os assessores da Secretaria de Estado e todos são unânimes em dizer que tem de haver uma mudança, não só nas cartas de



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referência como na forma do tratamento estatístico e caracterização dos municípios. -----

Dos cinquenta municípios que aparecem, posso dizer que 1/3 dos municípios já apresentou contestação, porque não está simultaneamente na conjuntural e na estrutural, o que deve ser objecto de análise. -----

Há um ponto que me parece importante esclarecer, o saneamento financeiro e infelizmente para o Município do Cartaxo, não apanhou o ano 2008, por pouco tempo mas não apanhou. Não sei se se recordam nesta Assembleia, já disse que tínhamos pago mais do que o empréstimo que obtivemos para o saneamento financeiro, cerca de 15 milhões de euros. -----

Não apanhou o ano 2008, se não as nossas contas tinham tido outra evolução, porque no ano 2008 já havia dívida. Se o saneamento financeiro, ou seja, a verba que nós pudéssemos conquistar, permitisse cobrir o ano 2008, penso que nós estaríamos numa posição extremamente confortável, face aos desafios que o QREN e os investimentos nos levam, porque ao meter apenas para 31/12/2007, nós pagámos a dívida toda de 2007. -----

Não cobrindo o ano de 2008, por dois meses não conseguimos fazer isso, criou-nos aqui um problema e daí vêm os famosos acordos de regularização de dívida que estão a ser feitos no Cartaxo e noutros municípios, onde a apresentação das nossas contas, em prazo médio para pagamento e na consolidação da dívida a fornecedores e dívida de médio e longo prazo, aponta para uma estrutura de dívida elevada. -----

Também está no portal autárquico transparente, onde nós estamos equiparados aos municípios maiores do distrito. -----

Reconheço que, se nós conseguíssemos com o mesmo plano de saneamento financeiro que está a ser cumprido, o ROC está atento a esta matéria, se nós tivéssemos conseguido incluir para pagamento o ano 2008 para pagamento de dívida, já não haveria esta diferença como foi apontada dos 84 dias em Dezembro de 2007 para 366 dias em Julho de 2010. -----

Não foi englobado por pouco tempo, o que criou a política dos ARD. Como sabem, contabilisticamente os ARD não contam para os prazos médios dos pagamentos, ou seja, a dívida continua localizada nas contas de fornecedores". -----

A Membro da Assembleia Municipal Dra. Odete Cosme – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Presidente, o BE já sabe que o senhor gosta de se vitimizar à nossa custa. Mas, pessoalmente, pouco me importa. O senhor diz que não tenho rigor quando falo que a mobilidade territorial está abrangida pelos fundos comunitários e tem que estar no plano plurianual de investimentos, eu sei isso, mas se está abrangido pelos fundos comunitários também tem de estar aqui a comparticipação e ela não está cá. -----

Portanto, antes de falar veja bem o documento. Não respondeu às questões que eu lhe perguntei, já agora que estamos a falar de rigor, ETAR's e saneamentos já não pertencem à Câmara e continuam no plano plurianual de investimentos até 2013. Anulou os concursos porque eles iam ser



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

guyes
Ba
dp.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feitos pela Cartágua. -----

Em relação ao mapa de pessoal e uma vez que esse ponto continua a ser debatido, também tenho aqui questões para colocar e gostaria que o rigor fosse aqui definido. -----

Temos no mapa de pessoal gabinetes e unidades orgânicas flexíveis, que pela Lei 305/2009 não têm fundamento legal para existirem, uma vez que não têm dirigentes à frente. -----

Temos unidades orgânicas que têm 13 e 7 funcionários e 1 dirigente e temos uma divisão, que é da acção social, que tem 160 pessoas a trabalhar e não têm nenhum dirigente. Gostaria de saber porquê? Uns estão como dirigentes para dirigirem poucas pessoas e os outros não precisam de ser dirigidos. -----

No mapa de pessoal que nos foi apresentado consta a categoria de um bombeiro de 3ª classe, que no mapa de pessoal que veio à Assembleia não existia. Estaria mal o mapa na altura ou o mapa de agora. -----

Não estou aqui com soberba. Estou-lhe a fazer perguntas e exigir esclarecimentos e o senhor não me respondeu". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Quero agradecer os esclarecimentos dados pelo Sr. Presidente da Câmara e acho que vale a pena esperarmos, mais três ou quatro meses, para vermos a evolução da situação, que é confirmar ou não, esta questão do desequilíbrio estrutural das finanças da Câmara. -----

Acho que vale a pena aguardar mais algum tempo para ver como é que vamos evoluir, embora continue a dizer, há mais de um ano, que estimo que vá acabar mal, porque nós andamos com uma dívida de curto prazo, como já referi, na casa dos 20 milhões de euros, que cresceu significativamente nos últimos anos. -----

Pode o executivo municipal dizer que isso tem a ver com obra. Os últimos dois grandes investimentos voluptuosos que tivemos no concelho do Cartaxo foram o cineteatro e o estádio municipal, que são dois investimentos de grande envergadura do ponto de vista da despesa municipal, depois do pagamento. -----

Não há voluptuosos investimentos da dimensão destes dois, para além dos investimentos de natureza média, mas não há com esta dimensão. -----

O acontece neste momento, é que nós voltamos à situação em que nos encontrávamos quando foi pedido o saneamento financeiro, os 13 milhões de euros e lançado o saneamento financeiro, com uma agravante, uma parte significativa dos investimentos que o executivo se propõe fazer, refiro-me designadamente aos centros escolares e à esquadra da PSP, porque os outros investimentos de grande envergadura ainda não estão a ser pagos no grosso da coluna para começarem a ser pagos daqui a algum tempo. -----

Custa-me a crer que alguns demorem 366 dias a ser pagos e outros sejam pagos a 2 meses. -----

A minha dúvida para desequilíbrio estrutural reside sobretudo aqui, porque se não foram do ponto



Handwritten signature and initials

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de vista curto prazo, no médio e longo prazo não podemos ter mais capacidade de endividamento durante uns bons largos meses enquanto o saneamento financeiro durar. No curto prazo já estamos a chegar ao ponto em estávamos quando foi pedido o saneamento financeiro, e eu começo a ver falta de manobra para o PSD agir contra isto, com a agravante dos custos com o pessoal, custos fixos, mesmo com esta redução eles são fixos. Hoje, não há receita das águas que poderia, de alguma forma, assegurar a liquidez de tesouraria ao dia 8, 10 e 15, para poder fazer pagamentos naquela altura e articulação de tesouraria. -----

A Câmara Municipal defende cada vez mais as transferências do orçamento de estado, quer as que resultam do orçamento de estado, quer as que resultam de imposto da empresa municipal e, portanto, revejo, cada vez com mais dificuldade esta gestão. E por isso digo, que vamos ter que esperar mais do que 6 meses para ver como é que vamos caminhar". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"A apreciação que o BE faz à gestão socialista no Cartaxo é conhecida por todos. Consideramos que a nossa terra já se encontra num buraco financeiro, fruto das presidências delirantes e irrealistas de Paulo Caldas. Não é possível governar uma casa, quanto mais uma terra sem se saber de facto quanto se deve, quanto se tem, quanto se pode e se deve gastar. -----

Se Paulo Caldas e Paulo Varanda governassem as suas famílias como governam a autarquia, há muito que todos viviam do rendimento mínimo garantido. -----

No documento que apreciamos, destacamos os seguintes pontos negros: -----

Tudo nos a leva a crer que, com a preocupação de equilíbrio da despesa decrescente foram, pura e simplesmente, inventadas verbas de receitas. Por as mesmas não terem explicação possível, foram lançados 41,5 milhões de euros, ou seja, 65% das receitas totais em rubricas que deveriam ser de valor residual. -----

Outras, é aquela rubrica que não se sabe o que é e não é devidamente justificada. Se não o foi, toma-se legítimo que sejam por nós consideradas pura invenção ou mais uma prova de total incompetência desta equipa. -----

Para 2011, avançam com 25% do investimento, mas se a concretização ou o que é realmente investido, pertencente a 2010, 4%, então só se investiu cerca de 1 milhão de euros. Será que é a verba que o Sr. Presidente disse destinar à caixa de sugestões para o orçamento participativo? -----

Compreendemos que o executivo está a contar com as verbas do QREN para estes investimentos, mas é preciso ter uma visão surreal das questões práticas, que se prendem com as transferências de verbas por parte da administração central, para contar que no ano que se segue tudo corra como sonha Paulo Caldas e Paulo Varanda. -----

A água dos cartaxeiros foi apreciada para mal de todos nós e por via desse negócio entraram 7 milhões de euros nos cofres da autarquia, no entanto, a dívida cresceu em quatro meses mais 3 milhões de euros. Veja-se que conseguiram no espaço de um ano fazê-la crescer precisamente no



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

encaixe deste malfadado negócio, 7 milhões de euros. -----

Lembramos a esse propósito a palavra consolidação, palavra usada e abusada pelo Presidente Paulo Caldas, aquando do empréstimo de saneamento financeiro de 13 milhões de euros, em 2008. Dr. Paulo Caldas onde está afinal essa consolidação, quando em 2 anos entraram nos cofres da autarquia 20 milhões de euros e a dívida em vez estancar ou diminuir, cresceu mais 14 milhões de euros. -----

O Cartaxo está degradado, esburacado, desprezado e sujo, como nunca esteve. O passivo da autarquia é assustador. Consideramos infelizmente que este documento por tudo o que foi analisado nesta Assembleia, uma farsa que demonstra o desnorte e incompetência dos serviços e da equipa de Paulo Caldas e que, da nossa parte, só pode ter um sentido de voto. Lutamos peremptoriamente contra um tratado de ilusões com o nome de orçamento". -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal do Município do Cartaxo para o ano de 2011, com 15 votos a favor do Grupo do PS, 10 votos contra, 6 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE, e 1 abstenção do PSD. -----

Nota: O PSD pediu que os dois documentos, as Grandes Opções e o Orçamento, fossem votados separados. Questionadas as bancadas a votação foi igual para os dois documentos.

3 - AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2011 -----

A Membro da Assembleia Municipal Dra. Odete Cosme – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Só para perguntar ao Sr. Presidente e ao Sr. Vice-Presidente, se este empréstimo de curto prazo vem ser aqui autorizado para pagar o empréstimo de curto prazo, que há um ano aqui votámos também. Assim, se vê a consolidação orçamental". -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprovar a autorização de contratação de empréstimo a curto prazo para o ano de 2011, com 23 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD e 2 do Grupo da CDU e 1 abstenção do Grupo do BE. -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação à votação que nós fizemos, sobre as grandes opções do plano, eu não sei, se vale a pena distinguir as votações, independentemente de as bancadas, provavelmente, manterem o mesmo sentido de voto. Mas talvez fosse prudente para efeitos de acta, que ficasse o resultado da votação para o orçamento e para a questão do quadro de pessoal. Mas seria prudente que ficasse salvaguardado na acta". -----

O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Em relação à questão do Dr. Vasco Cunha, pergunto às bancadas do PS, CDU e BE, qual é o



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sentido de voto ou se há alterações no sentido de voto". -----

A Membro da Assembleia Municipal Prof. Emília Soares – CDU, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"O que tivemos a votar foi o orçamento e as grandes opções do plano?" -----

O Presidente da Assembleia Municipal, em substituição, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Foi tudo incluído". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Eu acho que nós somos bastante explícitos, quando considerámos tudo isto uma farsa, portanto, independentemente de ser em conjunto ou separado, nós votamos contra. No entanto, ressaltamos que não nos foi esclarecido uma questão sobre o mapa pessoal". -----

4 - PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DO CARTAXO NA LT, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M. -----

A Membro da Assembleia Municipal Eng. Luísa Pato – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"O PSD tem uma posição, que é a de se congratular, pelo menos, quando o executivo reconhece a necessidade de reabilitar este concelho do ponto de vista do património construído. Aachamos que pode ser uma solução a integração do Cartaxo nesta sociedade de reabilitação urbana, através de economia de escala. Passo a ler os fundamentos que fazem parte do ponto 5, que eu acho que fazem todo o sentido, «a economia de escala trás eficácia e eficiência ao nível dos acórdãos que se possam estabelecer com diversas entidades bancárias, negociando empréstimos para os proprietários, materiais de construção mais baratos, etc., para alavancar operações de reabilitação por parte dos proprietários. No sentido de envolver os proprietários de obras degradadas neste processo de reabilitação, o PSD pode de algum modo apoiar a integração do Cartaxo nesta Sociedade. -----

Gostávamos também que fossem esclarecidos alguns dos critérios que levaram à delimitação da zona a intervir, porque achamos que é uma área muito grande, não quer dizer que ela não necessite toda de intervenção, se fosse uma área mais pequena do ponto de vista da reabilitação era mais exequível e mais realista, sabendo o que nela se vai fazer. -----

Aachamos que é uma área muito grande, sem certeza de que é possível do ponto de vista do realismo, considerar que aquela área vai ser toda intervencionada e vamos ficar todos com uma boa área. -----

Também temos dúvidas sobre o imóvel que a câmara vai ceder com a entrada em espécie para a constituição do património desta empresa e gostava de esclarecer qual é o imóvel. -----

Perguntando também ao executivo, o facto de, eventualmente, caso algum dos municípios que estava para entrar, não entre, se afecta de algum modo o carácter da constituição da empresa ou



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se está previsto a reformulação do parque social e do cartão social, pela não entrada de algum Município nessa situação. -----

Achamos também que é uma boa solução para candidaturas aos fundos do QREN e sabemos que o Cartaxo, de algum modo, pode vir a ser reabilitado. No entanto, há aqui uns pormenores, nomeadamente o Município não sabe de quem é o hospital da Misericórdia, o Município não sabe de quem é o mercado municipal, a utilização inicial, a afectação actual em época de construção e quem é o arquitecto. -----

Custa-me que este documento seja para aprovar com estes erros. O mercado municipal do Cartaxo situa-se na rua 16 de Novembro que é a sua data de inauguração do mercado e no documento temos que não sabemos qual é a data. -----

Por outro lado, temos aqui e vou assumir que é verdade, mas também me custa que o Município assuma tudo como verdade. O Município diz que «identificam-se os seguintes aspectos críticos: 1. elevado número de edifícios devolutos; 2. casas habitadas sem condições mínimas de habitabilidade e salubridade, etc.; 3. perda sucessiva de identidade arquitectónica característica do Ribatejo; 4. inadequação de serviços públicos», já é culpa vossa, «5. ausência de um estudo tipológico», já é culpa vossa. -----

No espaço público – aspectos críticos: 1. Inexistência volumétrica de espaço construído e de espaço público; 2. Inexistência de poucos espaços verdes; 3. Estacionamento desorganizado e desajustados nos arruamentos; 4. Deficiência nos serviços de limpeza urbana; 5. Excesso de veículos automóveis no centro antigo; 6. Ausência de regulação e fiscalização do acesso de mercadorias em situação de carga e descarga; 7. Ineficiente sinalética informativa; 8. Falta de qualidade de ambiente urbano; 9. Desorganização de espaços livres, públicos e privados». -----

Eu sei que, de vez em quando, temos que fundamentar as candidaturas de maneira trágica e teriam um certo desconto, mas eu não sei se era preciso ir até tão longe. É que isto é mesmo dizer que não se aproveita nada do Cartaxo. -----

Eu sei que o argumento das candidaturas às vezes tem que ser dramático. Enquanto Presidente de Câmara, não gostaria de ver isto desta maneira. -----

O PSD vai votar a favor no pressuposto de que o Cartaxo vai aproveitar os fundos comunitários, integrar os proprietários neste processo de reabilitação urbana e, nessa perspectiva, o PSD vota a favor da integração do Município do Cartaxo na Sociedade de Reabilitação». -----

O Membro da Assembleia Municipal Sr. Rodrigo Rodrigues – CDU, no uso da palavra, leu as considerações da CDU sobre a "Lezíria do Tejo – Sociedade de Reabilitação Urbana". (Anexo 11)

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"O BE irá votar favoravelmente, apesar de querer ressaltar algumas questões. Ficámos contentes, em alguma parte deste documento vem dar razão a muitas das críticas que o BE faz à cidade e à forma como a cidade vive neste momento. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

guyas
Ph
Al.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Estou convencido que o Presidente Paulo Caldas não terá pago 90 mil euros por um estudo destes, porque caso fosse isso, a parte da fundamentação sobre a crítica à actuação do governo PS ao longo destes 30 e tal anos, bastaria pedir ao BE que não escreveria melhor do que aquilo que o próprio Município escreveu, dizendo que precisava de ser melhorado. -----

Como vê, às vezes ser realista não custa. Votamos a favor, mas temos alguns receios sobre este documento, já apontados, aqui, pela Eng. Luísa Pato e pelo Sr. Rodrigo da CDU. -----

Tenho esperança que o documento seja alterado, que não venha a haver algum tipo de especulação imobiliária à conta de uma atitude, com isto não estou a acusar o executivo de ser essa a ideia, o que eu peço é atenção, porque muitas vezes atrás de reabilitações urbanas aparecem os grandes grupos de empreiteiros e os especuladores. -----

O nosso voto não é para isso, como também acreditamos que seja o voto das outras pessoas". ----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --

"Em relação a uma das questões colocadas, nomeadamente no que diz respeito à área ocupada que, eventualmente, poderia estar sob direcção, eu diria que foi nosso objectivo enquadrar ao máximo e definir esta área, como viram na documentação distribuída. Durante o ano de 2011, vai ser elaborado um estudo e projecto base para esta área considerada estudo base. -----

Depois há o projecto base e a partir daí, o cronograma do trabalho e as intervenções nele referidas. O que quer dizer que, quanto maior fosse esta área, enquadrada na perspectiva de trabalho por parte dos quadros da sociedade da SRU, nós conseguiremos otimizar tudo aquilo que é a malha urbana do próprio Cartaxo cidade, conseguimos maximizar todas as áreas que necessitem, eventualmente, uma mais do que outras. -----

O levantamento das necessidades de intervenção fica desde já feito, havendo a possibilidade de dar prioridade às intervenções que serão mais úteis. -----

O imóvel mencionado na rua Serpa Pinto, aqui, questionado pelas bancadas, é um pequeno triângulo nos 232 metros que aí se aponta, por trás de uma paragem de autocarros, que nós conseguimos valorizar com essa avaliação. -----

Fruto do método de avaliação ter sido outro, nós conseguimos ter a nossa participação em espécie salvaguardada através deste imóvel. -----

O património levantado está desactualizado e descaracterizado, tal como as bancadas referiram. De qualquer forma, nós não poderíamos deixar de dar a oportunidade de libertar toda a informação que tínhamos, ainda que antiga como verificaram. Tem sido compromisso deste executivo e como já foram solicitadas à entidade que produziu este estudo, terão que ser feitas e traduzidas num novo documento. -----

De qualquer forma, assumindo todas as responsabilidades das nuances e lapsos traduzidos nesse estudo, estamos de consciência tranquila que neste momento haveria toda a informação, inclusivamente alguma desactualizada como foi referido, mas que foi tida como base para a delimitação da área de reabilitação urbana. -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials:
J. J. J.
J. J.
H.

Essas correcções já foram solicitadas. Para a bancada da CDU, penso que os constrangimentos colocados com este compromisso estão salvaguardados. -----

Eu gostaria de fazer uma observação, há um pequeno lapso na proposta de deliberação que refere que são 4809 acções, mas não, este número está errado, são 43.809 acções com a contrapartida dos cerca 900 euros, como podemos ver na documentação e está discriminado. De qualquer forma, por lapso, houve um pequeno erro de vírgulas e de numeração na proposta de deliberação, pelo que solicito que considerem as 43.809 acções como aquilo que é a parte que diz respeito ao nosso Município, bem como aos 8% que estão traduzidos na restante documentação escrita e que no total dos 11 municípios vão perfazer o capital social na casa dos 500 mil euros. -----

Em câmara esta situação já foi devidamente corrigida e por nós salvaguardada esta situação". -----

A Membro da Assembleia Municipal Eng. Luísa Pato – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Tudo é possível de ser alterado desde que seja para melhor. Estive a ver na unidade de intervenção correspondente à zona que realmente vai ser intervencionada na 1ª fase, e porque é que deixaram de fora a Praceta do Largo do Comendador? Não é um edifício que mereça ser reabilitado?" -----

Achamos que se o Sr. Vice-Presidente olhar para o mapa, ele está excluído e eu achava que se devia manter neste plano de reabilitação. Acho que é um património que o Cartaxo vai perder, provavelmente, nesta ocasião haveria alguma possibilidade de alterarmos". -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a participação do Município do Cartaxo na LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., com 25 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

5 - APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE PROGRAMA E DE GESTÃO A CELEBRAR COM A LT, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M. -----

A Membro da Assembleia Municipal Eng. Luísa Pato – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Presidente a dúvida que nós temos, aqui, é que o contrato está a ser feito por um ano e a isenção concedida por 5 anos, não é possível que haja uma compatibilidade nas datas". -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: --

"Em relação àquilo que foi apontado aqui e muito bem, o que está espelhado neste contrato é o 1º ano respeitante ao programa base. Pode haver necessidade de ser alargado em termos de objectividade, porque o estudo pode ou não ser concluído. É apenas uma salvaguarda desta posição e as partes de intervenção serem previstas nos restantes anos até ao 5º e, eventualmente, mais se o Município o entender. -----

Fruto desta fase de planeamento está prevista uma operação de um ano, ela teria que ficar repartida aqui neste documento para haver esta destinação, não obstante destas isenções estarem previstas até à finalização da intervenção em termos hipotéticos, já há obra no terreno, é por isso



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que existe esta diferença". -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do contrato de programa e de gestão ma celebrar com a LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., com 24 votos a favor, 14 do Grupo do PS, 7 do Grupo da PSD, 1 do Grupo da CDU e 2 votos do Grupo do BE. -----

6 - CONCESSÃO À LT, SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, E.M., POR UM PERÍODO DE CINCO ANOS, DE ISENÇÃO TOTAL DE IMI, RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS DE QUE É PROPRIETÁRIA, E DE IMT, RELATIVAMENTE AOS IMÓVEIS QUE ADQUIRA -----

A Membro da Assembleia Municipal Eng. Luísa Pato – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Essa questão da isenção dos impostos, eu devo dizer que a mim me suscitou algumas reservas em conceder a uma empresa com o carácter que esta vai ter, a isenção destes dois impostos. Percebo o objectivo, que é uma espécie de incentivo ao início da actividade da empresa mas, francamente, acho ridículo que se ponha, aqui, que a não isenção destes dois impostos torne inviáveis os mecanismos de regulação nos termos referidos na justificação da Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M. -----

Parece que se não houver isenção a empresa não consegue fazer isto, é o tal dramatismo. ----- Nós falámos sobre o assunto e decidimos aprovar este ponto, na perspectiva que a Câmara Municipal possa criar condições para que os proprietários e privados, nesta zona que vai ser intervencionada e imóveis que sejam objecto de reabilitação, venham a ser beneficiar. Não é condição que a Câmara o faça, mas que a mesma desenvolva esforços para que os proprietários e privados tenham a mesma isenção nestes dois impostos que esta empresa vai ter. Parece-me que é de uma equidade razoável, estamos a falar de um esforço financeiro que é juro financeiro para esta empresa, maior será o esforço para o privado que tenha ali um imóvel. -----

No sentido de apoiar a reabilitação e também destinado aos privados, a possibilidade de a empresa procurar desenvolver os esforços para conceder a intenção destes dois impostos aos privados proprietários desta zona". -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a concessão à LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, E.M., por um período de cinco anos, de isenção total de IMI, relativamente aos imóveis de que é proprietária, e de IMT, relativamente aos imóveis que adquira, com 24 votos a favor, 13 do Grupo do PS, 7 do Grupo do PSD, 2 do Grupo da CDU e 2 do Grupo do BE. -----

7 - DESIGNAÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO (CA) DA REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO CARTAXO, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DE DISPOSTO NO Nº 2 DO ARTIGO 5º DA PORTARIA 1474/2007 DE 16 DE NOVEMBRO -----

O Senhor Presidente, em substituição no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----



Município do Cartaxo | Assembleia Municipal

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

"Eu penso que há um equívoco em termos de elaboração da ordem de trabalhos e edital, porque já procedemos recentemente, em Abril, a esta votação. Solicitava à Assembleia que se pronunciasse sobre este ponto". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Vasco Cunha – PSD, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Sr. Presidente se está bem desempenhado, eu tenho os relatórios de acompanhamento e estaremos cá para os aprovar". -----

A Membro da Assembleia Municipal Prof. Emília Soares – CDU, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Realmente achei que nós já tínhamos votado e sei que a proposta que já tínhamos apresentado em sessão da Assembleia era um elemento de cada bancada". -----

O Membro da Assembleia Municipal Dr. Pedro Mendonça – BE, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"A nossa opinião é que é o Sr. António Pego que está em funções". -----

Nota: este ponto foi incluído na Ordem de Trabalhos por erro. Esta eleição já foi efectuada.

Ambas as bancadas concordaram em não efectuar nova votação. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal em substituição, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Agora quero perguntar à Assembleia se alguém se opõe à aprovação da acta em minuta." -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos membros presentes aprovar a acta sobre forma de Minuta, nos termos do disposto no artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua exectoriedade imediata. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

"Em nome do executivo desejo um bom ano a todos os deputados e que 2011 traga sucessos a todos nós naquilo que é o nosso trabalho". -----

ENCERRAMENTO: -----

Não havendo outros assuntos a falar, o Sr. Presidente, em substituição, deu por encerrada a sessão, às vinte e duas horas e trinta e cinco minutos, agradecendo a presença do público, da comunicação social, do Executivo e de todos os membros da Assembleia. -----

Para constar se lavrou a presente acta, e eu, Joana Maria Ferreira Vergas, a redigi e subscrevi, vou assinar junto do Presidente, em substituição. -----



1
Hurt
Jorge
Hurt

Requerimento

Considerando que o Dr Paulo Caldas afirmou a um semanário regional que mostraria o Estudo para a organização, estrutura e funcionamento dos serviços municipais realizado pela empresa Ray Human Capital – Consultores, Lda, “Excepto as partes com entrevistas a colaboradores da autarquia, que devem permanecer confidenciais” e considerando que este estudo custou cerca de 18 vezes mais que o do município vizinho da Azambuja, que tem sensivelmente a mesma dimensão do Cartaxo, enquanto Rio Maior, Almeirim e Santarém optaram por soluções que não oneraram os respectivos orçamentos municipais.

Considerando também que o Sr. Vice-Presidente Paulo Varanda afirmou ao Jornal O POVO do Cartaxo que se soubesse qual o “papel” que a oposição pretendia com antecedência o daria de bom grado e dado que já o pedimos na última A.M. e mesmo antes dela; o Bloco de Esquerda solicita mais uma vez que seja entregue cópia imediata deste documento, com excepção das ditas entrevistas confidenciais, aos funcionários municipais do Concelho do Cartaxo.

A continuação da recusa desta entrega apenas reforça a crença que assistimos no Município do Cartaxo a actos de Gestão Danosa conscientes e em tudo contrários às boas regras da gestão democrática da “coisa” pública.

Os deputados municipais
Pedro Mendonça / Odete Cosme

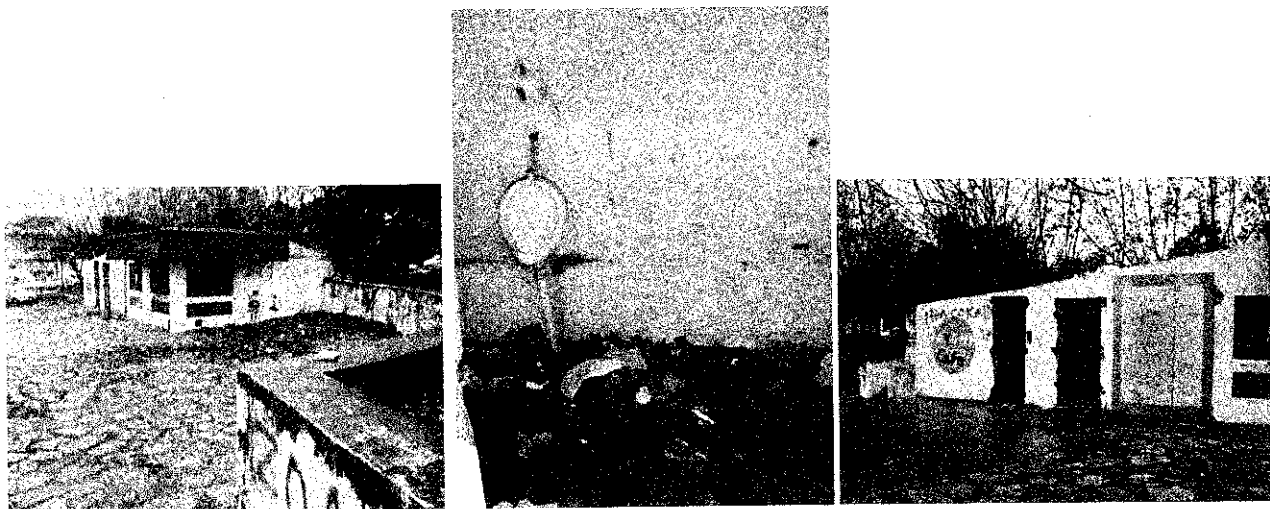


②
Fw
Jardim do Valverde
Hf

Recomendação

O Jardim do Valverde é o exemplo de como a Cidade do Cartaxo se encontra ao abandono devido à demissão do Poder Local de pugnar para que exista verdadeira qualidade de vida.

Outrora um espaço intergeracional onde as crianças podiam em segurança brincar ao ar livre é hoje um antro de porcaria e de consumo de estupefacientes a céu aberto, como atestam estas fotografias tiradas no dia de Natal deste ano.



Face a esta situação, recomendamos ao Executivo que ao invés de continuar a prometer grandes sonhos e obras se dedique a fazer o que lhe compete: arranjar e manter os poucos espaços verdes que existem e promover uma política de combate ao flagelo da Toxicodependência no Cartaxo.

Os deputados municipais,
Pedro Mendonça / Odete Cosme

3

*Phl
Mendonça
Cosme*



Moção

Apesar de o Bloco de Esquerda ter votado contra o “negócio das águas”, a maioria dos deputados municipais autorizou-o.

Apesar de o Bloco ter afirmado que o custo para os cartaxeiros iria aumentar, a maioria dos deputados municipais autorizou este negócio às cegas.

Apesar dos discursos do Dr. Paulo Caldas, a realidade é o funeral de todas as ilusões e a realidade é que devido a este mau negócio, os cartaxeiros pagam hoje o dobro e por vezes o triplo do que pagavam na Factura da água. Mas a democracia é isto mesmo, a maioria PS decidiu legitimamente negociar a água e com isso “castigar” quem mais precisa e foi isso que foi em frente.

A Realidade é o Funeral de todas as ilusões e por ser triste a realidade dos mais afectados por este aumento brutal da água, o Bloco de Esquerda propõe que a Câmara Municipal do Cartaxo abdique a favor dos desempregado, famílias com poucos recursos financeiros, reformados e pensionistas da importância de cerca de um milhão e meio euros anuais da receita da concessão das águas, para que em 2011 esta população não se veja obrigada a pagar a factura da água aos preços exorbitantes actualmente em vigor. Esse valor ao invés de servir para pagar dívidas da Câmara, deve servir para mitigar o horror deste aumento das facturas da Cartágua.

A proposta é esta e é frontal: Desafiamos os restantes deputados a agirem de uma forma clara perante os cartaxeiros. Ou se está do lado da ilusão e dos jogos de palavras ou se trabalha para que a realidade seja o melhor possível para a Comunidade.

Os deputados municipais,
Pedro Mendonça / Odete Cosme



④
Pedro Mendonça
Odete Cosme

Moção

Na Assembleia que hoje se realiza deveria constar na Ordem de Trabalhos a autorização da constituição dos Protocolos de transferência de verbas por contrapartida de competências delegadas pelo Município nas respectivas Juntas. Mais um ano se passou e mais uma vez não se trata a tempo e horas e de acordo com a Lei de um assunto que apesar de rotineiro é de grande importância para a gestão municipal do Concelho.

O Bloco de Esquerda propõe um voto de lamento e de forte censura por este comportamento irresponsável e desrespeitador para com a Assembleia Municipal e para com as Juntas de Freguesia deste Concelho

Os deputados municipais
Pedro Mendonça / Odete Cosme



GRUPO PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

6

Handwritten signature and date: 20/12/10

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Pelos documentos a que tivemos acesso verificámos que haverá uma redução nas rubricas de despesa correntes de 50%.
Queremos acreditar, que tais objectivos não visam despedimentos!

Assim sendo, agradecemos os esclarecimentos pertinentes e esclarecedores sobre a metodologia em que se baseiam para atingir esse objectivo.

Cartaxo, 28 de Dezembro de 2010

Grupo Parlamentar do PS



GRUPO PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CARTAXO

Handwritten signature and circled number 6.

MOÇÃO

Considerando:

Que o acordo de concessão das Águas foi votado e aprovado nesta Assembleia.

Que todas as peças do contrato e as tabelas/tarifários, estavam incluídos na documentação distribuída, estamos perante um acto cuja legalidade se não discute.

Porém:

Considerando a forma como a primeira factura, se dentro da legalidade, enferma de um “erro” que tempestivamente deveria ser acautelado.

A saber:

As entidades atrás referidas, face ao impacto previsível junto dos consumidores, deveria ser antecedida de uma “Nota Explicativa” das entidades envolvidas, em linguagem acessível, esclarecendo em tempo os consumidores. Finalmente se propõe que com carácter de urgência, as entidades supra, promovam uma reunião, que além dos aspectos referidos, contemple uma “intervenção” que assegure a defesa e protecção dos consumidores de mais débeis recursos, face à situação actual que, se já tinham dificuldades, mais fragilizadas ficam com estes novos tarifários.

Cartaxo, 28 de Dezembro de 2010

Grupo Parlamentar do PS



Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo

7
Ph
Sandoval
J. M.

Voto de Protesto

AGORA NÓS: JUVENTUDE DO CONCELHO DO CARTAXO

A 30 de Dezembro de 2009 a Juventude Social Democrata do Cartaxo apresentou em Assembleia Municipal uma moção para a reactivação imediata do Conselho Municipal da Juventude. Esta moção foi aprovada por maioria.

O Vereador da Juventude Pedro Gil assumiu o compromisso da reactivação do CMJ e até ao dia de hoje NADA! (Passou um Ano).

Através do Vereador Pedro Reis quisemos saber em que ponto estava a requalificação do Skate Park, ao qual a resposta foi que a Câmara estava a estudar a requalificação do Skate Park. Até hoje, NADA! (Passou um Ano).

A JSD Cartaxo alertou o Sr. Presidente de Câmara para o perigo de atribuição do pelouro da Juventude a um vereador que está a meio tempo e o resultado está à vista o futuro deste concelho continua esquecido.

Os jovens do concelho do Cartaxo não estão em 2º plano, pura e simplesmente não fazem parte da estratégia política deste executivo, que em plena campanha eleitoral soube, nos seus discursos, evocar a juventude mas após terem sido eleitos ainda nada foi feita por ela.

Apresentamos este voto de protesto à indiferença que este executivo tem demonstrado em questões referentes à juventude do concelho do Cartaxo.

Continuaremos aqui sempre solidários e pela nossa Juventude.

JSD/CARTAXO

Cartaxo, 28 de Dezembro de 2010
O Grupo Parlamentar na Assembleia Municipal do Cartaxo.

8

put
off
previews

Requerimento

O Bloco de Esquerda vem
solicitar à Mesa da Assembleia
o prolongamento por mais
trinta minutos de período
antes da ordem do dia

Ouro Preto, 28 Dezembro 2010

Pelo Bloco de Esquerda

Adelino Gouveia
e Pedro Remédios



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Flut 9
Ponderações
Hilma

DECLARAÇÃO DE VOTO

Data: 28 de Dezembro de 2010

N.º de Páginas: 6

Assunto:

Assembleia Municipal do Cartaxo: Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2011

Na nossa avaliação, partimos da premissa de que os documentos previsionais para o próximo ano devem ter em consideração:

- A evolução da situação financeira reportada ao final do 1.º semestre/2010 (Informação Financeira Semestral e parecer do ROC);
- A situação financeira a 30 de Novembro de 2010 com a execução orçamental (presente no Relatório Síntese da Actividade Municipal e Situação Financeira); e
- As previsões constantes do Plano de Saneamento Financeiro, uma vez que o Município se encontra em situação de DESEQUILÍBRIO FINANCEIRO (pensávamos que o empréstimo era para resolver esse problema, mas NÃO).

Antes de entrarmos em pormenores, vamos só buscar alguns elementos mais recentes e compará-los com os propostos nestes Documentos:

1 – Orçamento da Receita

	(em M€)				
	2007	2008	2009	2010	2011
Valor Previsto	34,9	40,4	52,2	52,9	61,1
Valor Realizado (a)	16,7	15,5 (b)	12,1 (c)	18,9 (c)	-
% de Execução	47,8%	55,1%	23,2%	35,7	-

Valor Previsto no Plano de Saneamento Financeiro	-	16,8 (b)	18,2	18,4	19,2
--	---	----------	------	------	------

Notas:

- (a) Sem Saldo da Gerência Anterior;
- (b) Excluindo empréstimo de saneamento financeiro;
- (c) Situação em finais de Novembro do respectivo ano.



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

*Per
Jorge
Alves*

A receita é de **24,4 MILHÕES DE EUROS** (pág. 76, 10030199 e 100307) e a despesa para 2011 dos projectos co-financiados (EBI com JI D. Sancho I-72%, EB2,3 Cartaxo – 100%, Nova Esquadra da PSP – 90%, Modernização da Linha do Norte – Viaduto de Santana – 87%- págs. 28,30 e 40) é de **8,5 MILHÕES DE EUROS!!!**

- Transferências de **empresas públicas** na ordem de **1,3 MILHÕES DE EUROS** (pág. 76 – 10010101 e 10010199). De que empresas estamos a falar?

NOTA: Neste ponto é fundamental recordar as recentes decisões do Governo - e em particular do Ministro das Obras Publicas - quanto às contrapartidas da OTA que foram formalmente suspensas há, no mínimo, 2 meses!!!

2 – Orçamento da Despesa

	(em M€)				
	2007	2008	2009	2010	2011
Valor Previsto	35,7	41,1	54,4	53,5	61,1
Valor Realizado	17,0	26,9 (a)	13,7 (b)	15,9 (b)	-
% de Execução	47,4%	65,4%	25,2%	29,7	-

Valor Previsto no Plano de Saneamento Financeiro	-	29,9 (a)	18,7	18,0	19,0
--	---	----------	------	------	------

Notas:

- a) Incluindo empréstimo de saneamento financeiro;
- b) Situação em finais de Novembro do ano respectivo.

O que dissemos no ano transacto, verificou-se. O esforço que parecia haver na redução e de cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro não foi mais do que uma ilusão.

Vejamos o que aconteceu à dívida **ANTES** e **APÓS** a utilização do empréstimo para Saneamento Financeiro até à actualidade:

DÍVIDA TOTAL					(em M€)
2006	2007	2008	2009	Nov/2010	
21,7	27,9	30,8	37,8	44,4	

O Executivo Rosa, com o empréstimo para Saneamento Financeiro:



Deputados na Assembleia Municipal do Cartaxo

Felipe
João
Alves

É preciso vir o FMI das Câmaras Municipais mostrar aquilo que este executivo não vê que está a fazer!!! A DGAL chega a esta conclusão sem saber sequer (porque se soubesse a análise seria bem pior) da falácia da operação que está registada nas contas e que tem merecido as sucessivas RESERVAS do ROC que aqui recordamos, à última, relativa às contas do 1.º semestre de 2010:

"Encontram-se relevados nas demonstrações financeiras € 17.500.000 referentes a um incentivo não reembolsável a receber até ao fim de 2010, o que se traduz num aumento do activo de igual valor (...)".

3 – Grandes Opções do Plano

Relativamente ao PPI constata-se que não há grandes novidades.

Analisando concretamente o PPI, constatamos, uma vez mais, a fraca execução dos investimentos propostos (por exemplo, em Novembro de 2010 o investimento cifrava-se em 792 milhares de euros, quando estavam previstos, 21 Milhões de euros, ou seja, apenas foram executados, em 11 meses, 3,8% do previsto).

Já o ano passa do, era constatável a fraca execução até Novembro de 2009 – quando o investimento realizado corresponde a 390 mil euros – quando estavam previstos 27 Milhões de euros, apenas foram executados, em 11 meses, 2,8% do montante previsto.

Todavia, há algumas notas que importa registar:

- Há um conjunto significativo de Investimento de natureza municipal que se encontra fora deste Orçamento (o "Parque Central da Cidade com a junção dos Jardins" e o "Pavilhão de Desporto Municipal" são disso exemplo). Não são – por isso – facilmente escrutináveis pela Assembleia Municipal. Exige-se uma maior transparência...
- O presente Orçamento é quase omisso em relação aos Protocolos a celebrar com as Juntas de Freguesia e com as Colectividades locais...
- É lamentável que face às dificuldades actuais a Câmara Municipal se proponha gastar em 2009 cerca de 527 mil Euros em Publicidade (mais de 43 mil Euros por mês / quase 1500 Euros por dia);
- A presente listagem de Projectos no PPI apresenta uma sequência antiga de promessas que ilustram bem a profusão de promessas por cumprir ao longo dos anos... São disso exemplo os itens referentes ao Parque de Negócios da Lapa ou à Zona Industrial da Cruz do Campo...

CONCLUSÃO:

Por todas as razões atrás expostas, os 6 Deputados do PSD eleitos para a Assembleia Municipal do Cartaxo **votam contra** a presente proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento, apresentados para 2010.

PSD

**Deputados na
Assembleia Municipal do Cartaxo**

DECLARAÇÃO DE VOTO / ANEXO 1

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NOS IMPOSTOS DO ESTADO EM 2011 (PROPOSTA OE)

MUNICÍPIO	FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO			FUNDO SOCIAL MUNICIPAL	PARTICIPAÇÃO NO IRS			TOTAL TRANSFERÊNCIAS
	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL		IRS PIE	% IRS	IRS a transferir	
	(1)	(2)	(3)=(2)+(1)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)+(4)+(7)
ABRANTES	6 115 481	4 076 987	10 192 468	563 417	1 031 402	4,5%	928 262	11 684 147
ALCANENA	2 665 334	1 776 890	4 442 224	235 051	233 332	4,0%	186 666	4 863 941
ALMEIRIM	2 815 637	1 877 092	4 692 729	363 485	566 616	4,0%	453 293	5 509 507
ALPIARÇA	1 782 567	1 188 378	2 970 945	115 101	150 784	5,0%	150 784	3 236 830
BENAVENTE	1 812 337	1 208 224	3 020 561	523 275	911 527	5,0%	911 527	4 455 363
CARTAXO	2 339 671	1 559 780	3 899 451	385 741	715 888	4,0%	572 710	4 857 902
CHAMUSCA	4 089 523	2 726 348	6 815 871	137 780	139 057	5,0%	139 057	7 092 708
CONSTÂNCIA	1 871 815	1 247 877	3 119 692	84 072	93 224	4,0%	74 579	3 278 343
CORUCHE	5 896 446	3 930 964	9 827 410	283 239	378 252	5,0%	378 252	10 488 901
ENTRONCAMENTO	1 315 936	877 291	2 193 227	303 343	854 280	5,0%	854 280	3 350 850
FERREIRA DO ZÉZERE	2 769 779	1 846 519	4 616 298	143 308	87 523	5,0%	87 523	4 847 129
GOLGÁ	1 874 571	1 009 384	2 883 955	93 564	125 686	5,0%	125 686	3 103 205
MAÇÃO	3 694 819	2 463 213	6 158 032	109 316	119 366	5,0%	119 366	6 386 714
OURÉM	5 934 484	3 956 323	9 890 807	681 098	877 419	5,0%	877 419	11 449 324
RIO MAIOR	3 502 565	1 885 997	5 388 562	377 243	434 352	5,0%	434 352	6 200 157
SALVATERRA DE MAGOS	2 819 612	1 879 742	4 699 354	342 910	529 873	5,0%	529 873	5 572 137
SANTARÉM	6 463 773	3 480 493	9 944 266	895 568	2 285 404	5,0%	2 285 404	13 125 238
SARDOAL	2 044 579	1 363 053	3 407 632	76 892	80 873	5,0%	80 873	3 565 397
TOMAR	4 551 241	3 034 160	7 585 401	692 449	1 144 827	5,0%	1 144 827	9 422 677
TORRES NOVAS	4 275 924	2 850 616	7 126 540	527 179	1 044 035	4,0%	835 228	8 488 947
VILA NOVA DA BARQUINHA	1 759 713	1 173 142	2 932 855	110 657	196 831	4,5%	177 148	3 220 660
SANTARÉM (Total Distrito)	70 395 807	45 412 473	115 808 280	7 044 688	12 000 551	-	11 347 109	134 200 077

Municípios em desequilíbrio estrutural
(data de referência 31-12-2009)

Ordenação pelo n.º de situações verificadas

Fontes: Aplicações informáticas SIAL e SIPOCAL. Dados provisórios em contraditório

Un.: euros

Critérios previstos no art.º 8.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março

Município	(alíneas a) a d): valores em que ultrapassam os limites definidos)				Un. euros	(n.º dias)	Cumprir com a redução dos limites de endividamento (2009)		N.º de situações verificadas	Notas
	Ultrapassa o limite de endividamento a médio e longo prazos (31-12-2009)	EL 31-12-2009 > 175% receitas que contam para os limites de endividamento	Dívidas a fornecedores 31-12-09 > 50% receitas totais 2009	Passivos financeiros, incluindo os excepcionados para EL 31-12-2009 > 300% receitas totais 2009	Prazo médio de pagamento 31-12-09 > 6 meses	Líquido	MLP			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)				
Fornos de Algodres	X	X	X	X	X	Não	Não		6 d)	
Povoação	X	X	X	X	X	Não	Sim		6 a); d)	
Vila Nova de Poiares	X	X	X	X	X	Não	Não		5 b)	
Celorico da Beira	X	X	X	X	X	Não	Sim		5 b)	
Nazaré	X	X	X	X	X	Não	Não		5 b)	
Aveiro	X	X	X	X	X	Não	Não		4 a)	
Mondim de Basto		X	X	X	X	Não	Sim		4	
Mesão Frio		X	X	X	X	Não	Sim		4	
Calheta (São Jorge)	X	X	X	X	X	Sim	Não		4 a)	
Alcanena	X	X	X	X	X	Não	Não		4 b)	
Mourão	X	X	X	X	X	Não	Não		4 a)	
Alfândega da Fé	X	X	X	X	X	Sim	Não		4 b)	
Tabuaço		X	X	X	X	Não	Sim		4 a)	
Lousa		X	X	X	X	Não	Sim		4 b)	
Alandroal		X	X	X	X	Não	Sim		4 a)	
Castelo de Paiva	X	X	X	X	X	Não	Não		4 b)	
Ourique	X	X	X	X	X	Não	Não		4 b)	
Santarém	X	X	X	X	X	Sim	Não		4 b)	
Vila Franca do Campo	X	X	X	X	X	Não	Não		3 a)	
Castanheira de Pera		X	X	X	X	Não	Sim		3 d)	
Fundão	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 b)	
Trofa	X	X	X	X	X	Não	Não		3	
Alpiarça	X	X	X	X	X	Não	Não		3 b)	
Faro	X	X	X	X	X	Não	Não		3 b); f)	
Montemor-o-Velho	X	X	X	X	X	Não	Não		3 a)	
Santa Comba Dão	X	X	X	X	X	Não	Não		3 a)	
Marco de Canaveses	X	X	X	X	X	Não	Não		3 e)	
Lagoa (Açores)	X	X	X	X	X	Não	Não		3	
Vouzela	X	X	X	X	X	Não	Não		3 a)	
Murça	X	X	X	X	X	Não	Não		3 b)	
Alijó	X	X	X	X	X	Não	Não		3 a)	
Portalegre	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 c)	
Santana	X	X	X	X	X	Não	Não		3 a)	
Oliveira de Azeméis	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 a)	
Vale de Cambra	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 b)	
Machico	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 a)	
Lajes do Pico		X	X	X	X	Não	Sim		3	
Ílhavo	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 b)	
Moimenta da Beira	X	X	X	X	X	Não	Não		3 b)	
Vila Nova de Gaia	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 b)	
Corre de Moncorvo	X	X	X	X	X	Não	Não		3 b)	
Évora	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 b)	
Macedo de Cavaleiros	X	X	X	X	X	Não	Não		3 b)	
Guarda	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 b)	
Carraceda de Ansiães	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 b)	
Ribeira Brava	X	X	X	X	X	Sim	Não		3	
Santa Cruz	X	X	X	X	X	Sim	Sim		3 a)	
Portimão	X	X	X	X	X	Sim	Sim		3 b)	
Covilhã	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 b)	
Cartaxo	X	X	X	X	X	Sim	Não		3 a)	
Nr. total de Municípios em desequilíbrio financeiro estrutural										50

Receitas totais = saldo gestão anterior + receitas correntes + receitas de capital + reposições.

Dívidas a fornecedores correspondem às mesmas consideradas para o PMP calculado para o 4.º trimestre de 2009.

Notas:

(a) Municípios com contratos de saneamento financeiro celebrados ao abrigo da actual Lei das Finanças Locais.

(b) Municípios com contratos de financiamento ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas no Estado em que já ocorreu a utilização de parte ou da totalidade do respectivo empréstimo.

(c) Município de Portalegre tem contrato de saneamento financeiro visados pelo TC o contrato de financiamento no âmbito do PREDE.

(d) Municípios com Plano de Reequilíbrio Financeiro aprovado ao abrigo da actual LFL.

(e) Municípios com Plano de Reequilíbrio Financeiro em curso, celebrados ao abrigo da anterior Lei das Finanças Locais.

(f) Municípios que apresentaram PRF.

Dados última actualização: Agosto de 2010.

Grandes opções do plano e orçamento para 2011

A Bancada da CDU não acredita nas receitas correntes de 14.268.044€, originadas com a venda de bens e serviços, quais e para quando? também não acreditamos nas receitas de capital no valor de 34.065.708, justificadas a 75% nas transferências de capital, designadas «outros».

Num ano de crise, pelo menos impunha-se o realismo: um orçamento de 61.145.724€, um valor superior em 8.214.687€ relativamente ao de 2010 faz-nos desconfiar de tamanha esmola. (Pág. 12)

Outra desconfiança surge no que toca à despesa, em relação às previstas transferências para as Freguesias e Colectividades: (pág. 14)

	Freguesias		Outras		TOTAL
	Correntes	Capital	Correntes	Capital	
2010	697.341	1.723.765	1.786.418	3.366.311	6.943.835
2011	1.550.707	1.979.660	1.524.073	3.804.400	8.858.840

Não acreditamos num aumento de 27% destas transferências.

Achamos que este aumento seria bom num contexto diferente, porque defendemos a descentralização com mais capacidade financeira para as Freguesias, mas com a contenção orçamental imposta pelo governo PS e os consequentes cortes das verbas atribuídas às Autarquias, temos dúvidas no seu cumprimento.

A nossa incredibilidade atinge o máximo na redução de 104.222€ por mês nas despesas com pessoal. Com efeito, dos 9.234.349€ previstos para 2010 passamos para 7.775.237€ uma redução de 1.459.112€ muito superior à média prevista no Orçamento de Estado... para um quadro de pessoal com um efectivo em tudo semelhante ao de 2010... (pág. 97) Não se justifica uma redução média de 18%!

Quanto às propostas de investimento gostaríamos de saber que Universidade dos Tempos Livres é esta, ainda se prende com a questão daquela que foi apadrinhada pela autarquia e que funciona em Vila Chã de Ourique, ou é um novo Estatuto mas com as mesmas condições para os utentes do Programa "Viver Melhor"? (pág. 30)

Gostaríamos de lembrar algumas das nossas propostas que não foram integradas neste Plano de Orçamento, no Cartaxo a urgente construção da uma casa mortuária; instalação de uma Piscina em Pontével, porque tem uma

população alargada essencialmente jovem que bem merece este empreendimento e descongestiona a do Cartaxo; Em Vale da Pedra um Centro de Dia e a Ampliação do Edifício da Junta de Freguesia. Valada já com algumas propostas englobadas, não refere a mais urgente que fizemos questão de apresentar no ano anterior, assim como neste e tão falada nesta Assembleia pelas várias bancadas assim como pelo seu Presidente, Reparação e Manutenção da Ponte D. Amélia. Um Centro de Actividades Desportivas na Lapa. Um polidesportivo para Vila Chã de Ourique, sabiam que antes do 25 de Abril houve uma proposta da FNAC para sua construção, mas como não havia terreno foi deslocado para o Couço? Neste momento parecemos que existe o terreno junto do Campo de Futebol. As únicas propostas que foram inseridas foram na Ereira a Circular Urbana com passeios, e em Vale da Pinta restauro dos lavadores e embelezamento da zona envolvente já foram feitos alguns trabalhos pela Junta.

Sobre o quadro de pessoal

Temos muitas dificuldades na sua análise até pela nossa posição relativamente aos seus regulamentos: senão entendemos os pressupostos, como haveremos de entender as conclusões?

Mas uma leitura atenta ainda nos faz perceber menos, senão vejamos:

1. Começamos por não entender que unidade nuclear é a que se designa 0102. Apenas tínhamos lido sobre dois departamentos municipais...
2. Os seis gabinetes municipais que constituem esta unidade nuclear têm incongruências inquietantes, a saber:
3. O Gabinete Municipal de Imagem e Comunicação tem seis funcionários, mas funciona em auto-gestão... gostamos disso: responsabilidade partilhada!
4. O Gabinete Municipal de Assuntos Jurídicos tem sete funcionários e um chefe: parece-me razoável.
5. O Gabinete Municipal de Bombeiros e Protecção Civil já tem um chefe, designado comandante, para setenta e seis operacionais, parece-me bem, dadas as características desta estrutura.
6. O Gabinete Municipal de Órgãos Autárquicos apresenta uma curiosidade: um chefe e um funcionário.

7. Os Gabinetes Municipais de Controlo e Gestão e de Sistemas de Informação, com um e três funcionários, não têm chefes...

8. As duas Equipas Multidisciplinares, Fiscalização e Serviço ao Cidadão e Entidades Externas têm respectivamente três e nove colaboradores e ambas com um chefe! No primeiro caso parece-nos um exagero...

9. No Departamento Municipal de Desenvolvimento Sustentável existem duas Divisões Municipais sem chefia, a saber, de Desenvolvimento Ambiental (com 52 lugares) e de Desenvolvimento Social (com 181 lugares).

10. No Departamento Municipal de Finanças, Administração e Meios Gerais já existem três Divisões Municipais sem chefia, a saber, de Administração Geral (com 39 lugares), de Logística (com 22 lugares) e de Infra-Estruturas (com 45 lugares): porquê, não se percebe.

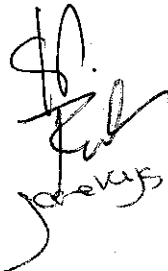
11. Mas menos se percebe como é que uma estrutura matricial, como é defendida nos poucos documentos a que tivemos acesso, pode ser compatibilizada com organizações sem hierarquia...

12. No Departamento Municipal de Finanças, Administração e Meios Gerais, para além do director existem três lugares exteriores às Divisões... será o gabinete do director? Mas não está previsto nos regulamentos!

Porque temos sérias dúvidas e pela ligação que este ponto tem com a Organização, Estrutura e Funcionamento dos Serviços Municipais que ainda não estão devidamente esclarecidos, votamos CONTRA a proposta de Grandes Opções do Plano, Orçamento para o ano de 2011 e Mapa de Pessoal.

A Bancada da CDU

Para Família Soares
Rodrigo A. Pacheco
Johannes Lindert, Long



Lezíria do Tejo - Sociedade de Reabilitação Urbana

Segundo o Artigo 36 da Lei 53-F/2006 «a denominação das entidades empresariais locais deve integrar a indicação da sua natureza municipal, intermunicipal ou metropolitana (EEM, EEIM, EEMT).»

Melhor seria alterar-se já para não andarmos aqui com reuniões de reformulação dos estatutos...

E detectámos outros erros, menores, mas sinal de desatenções diversas, sobretudo no documento designado Fundamentação:

1. Na página 14, Principais Problemáticas, o Cartaxo é referido como uma vila...

2. Na página 23 está uma ficha de um imóvel tão mal designado e localizado que nem conseguimos perceber do que se trata;

3. Na página 30 é feita referência ao coreto que já não há;

4. Na página 31 é designado erradamente o «Edifício do Antigo tribunal» e falta referir as recentes obras de requalificação do Tribunal

5. Na página 34 o Hospital da Misericórdia tem uma ficha muito incompleta sob o ponto de vista da caracterização actual e absolutamente omissa no tocante à cronologia histórica, muito relevante sob o ponto de vista local;

6. Na página 35 a ficha do Mercado Municipal está muitíssimo incompleta.

No relatório do ROC e na Proposta de Deliberação é referida a entrada em espécie de um imóvel, terreno para construção com 232 m², na rua Serpa Pinto, no valor de 36.000,00 a que terreno se refere?

Esclarecidas as dúvidas e caso fiquem prometidas as devidas correcções, votamos A FAVOR.

A Bancada da CDU

